

N.º 4

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E
DOIS/ DO MANDATO 2021/2025.**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Évora com a seguinte **Ordem do Dia:**

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

III – Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os seguintes pontos:

- 1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo (para conhecimento);**
- 2. PIAE / Parque Industrial Aeronáutica de Évora. Procedimento de Desafetação da parcela "C" de Domínio Público para Domínio Privado Municipal;**
- 3. Regulamento do Cartão Município Solidário;**
- 4. 4ª Modificação objetiva ao Contrato de Concessão e Gestão do Serviço Público de Transporte de Passageiros no Município de Évora;**
- 5. Proposta de 1ª alteração ao Regulamento do Programa de Melhoramento das Condições de Habitabilidade;**
- 6. 11º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro / dezembro 2021 (para conhecimento).**

IV – Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Mesa da Assembleia Municipal propõe os seguintes pontos:

- 1. Representação da Assembleia Municipal em Comissões e Conselhos:**
 - a) Conselho Cinegético Municipal;**
 - b) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;**
 - c) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;**
 - d) Conselho Municipal de Educação;**
 - e) Conselho Consultivo do HES;**
 - f) Conselho de Economia:**
 - i) Secção de Economia;**
 - ii) Secção de Turismo;**
 - g) Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde.**

V – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Verificando a ausência do 1º Secretário, o deputado Ananias Delfim Courelas Quintano, o **Presidente da Assembleia Municipal** convidou o deputado Luís Carlos Fialho Pardal para fazer a substituição e colocou à consideração dos deputados alguma objeção. Não havendo objeção, foi feita a substituição.

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Jorge Quina Ribeiro de Araújo

1º Secretário – Luís Carlos Fialho Pardal (em substituição de Ananias Delfim Courelas Quintano)

2ª Secretária – Maria da Nazaré Pereira Lança

Em seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos deputados municipais eleitos, verificando-se as seguintes presenças e ausências:

Presentes:

- Maria Clara Canotilho Grácio
- José Manuel Martins dos Santos
- Henrique António de Oliveira Troncho (em substituição de Paula Cristina Nobre de Deus)
- João Manuel Fialho de Sousa
- Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
- Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos
- Natanael José Carvalho da Vinha
- José Maria Rodrigues Figueira
- Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso (em substituição de Luís Filipe Braguez Caldeirinha Roma)
- Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- Maria Cristina Correia Santos Mata
- Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
- Lília Graciete Zambujo Fidalgo
- João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- João Francisco Baeta Rebocho Simas (em substituição de Gertrudes da Conceição Gomes Pastor)
- Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- Bruno Manuel dos Santos Martins
- Joaquim José Pombinho Faria
- António João Tonaco Gavela
- Luís Carlos Fialho Pardal
- Francisco Manuel Branco de Brito
- Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
- David Miguel Mirrado Lopes
- Redolfo Constantino Pereira
- Ivete Rosa Maximino (em substituição de José Vitorino Piteira)
- Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
- Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
- Isidro José de Oliveira Lobo

Ausentes:

- Bernarda Julieta da Noite Cota
- Joaquim António Filipe Pimpão

A Câmara Municipal fez-se representar por:

- Carlos Pinto de Sá
- Alexandre Manuel Rosa Varela
- Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão Calixto)
- Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico

1 - Florbela da Luz Descalço Fernandes

2 - Patrícia José Correia Raposinho

3
4 Verificou-se a ausência do seguinte representante da Câmara Municipal: Henrique Eva Ferreira
5 Carvalho Sim-Sim.

6 7 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

8
9 Aberta a sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal** começou por cumprimentar todos os
10 presentes e questionou se alguém do público pretendia usar da palavra. Não se registando pedidos
11 de palavra deu continuidade à reunião.

12 13 **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

14
15 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que os documentos vão ser apresentados e
16 votados, pela ordem de entrada nos serviços, nomeadamente, 2 do Bloco de Esquerda, 3 da
17 Coligação “Mudar Com Confiança” e 3 da CDU.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado Bruno
20 Martins que apresentasse a **Moção**, proveniente da bancada do BE, sobre o **Dia Internacional da**
21 **Mulher**.

22
23 **O deputado Bruno Martins** procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve na
24 íntegra:

25 *“Há 45 anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como*
26 *símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX.*
27 *O dia 8 de março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um*
28 *dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda nos são negados.*

29 *O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e do direito ao voto das mulheres*
30 *firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da*
31 *igualdade de tratamento e de oportunidades.*

32 *Em Portugal, as mulheres têm hoje não só direito ao voto sem restrições, como direito à interrupção*
33 *voluntária da gravidez de forma segura. São maioritárias no ensino superior, integram em força o*
34 *mercado de trabalho e conquistaram a representação política.*

35 *Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens*
36 *e mulheres, mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimem uma*
37 *linha divisória entre elas e eles e espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é*
38 *o sistema patriarcal dominante.*

39 *Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a*
40 *segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na*
41 *reforma. Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os*
42 *filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-se a*
43 *naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de*
44 *intimidade. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas*
45 *discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional.*

46 *O ano que marca o vigésimo sétimo aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, instrumento*
47 *internacional de referência para a eliminação dos obstáculos à plena igualdade entre homens e*
48 *mulheres, confirma o crescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita em todo o mundo.*
49 *Portugal não é exceção e no parlamento e fora dele, assiste-se ao recrudescimento do*
50 *conservadorismo e reacionarismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que trazem*
51 *consigo a ameaça do retrocesso de direitos, da igualdade, da solidariedade.*

52 *Por todas as mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate a alguma*
53 *cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis*

1 *estereotipados e a opressão sobre as mulheres.*

2 *A Assembleia Municipal de Évora reunida a 25 de fevereiro de 2022, saúda o Dia Internacional*
3 *das Mulheres, celebra as conquistas alcançadas e reafirma as lutas que ainda falta travar.”*

5 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

7 **O deputado José Santos** disse que a bancada da Coligação “Mudar com Confiança” não se revê na
8 semântica nem em algumas considerações que são feitas na Moção. Não acha que as mulheres sejam
9 oprimidas em Portugal, pelo contrário, as mulheres têm feito um caminho de afirmação forte junto
10 da sociedade portuguesa em vários sectores onde são hoje, aliás, em muitas áreas no
11 desenvolvimento social e cultural baluartes da nossa sociedade. Portanto, não tendo essa ideia, e
12 pensa que os seus colegas de bancada também, mas obviamente entende que há ainda alguns passos
13 e conquistas que são importantes dar. Nesse sentido, pretende que fique expresso em Ata esta
14 discordância com os termos tão carregados e pesados que o deputado Bruno Martins legitimamente,
15 obviamente, no seu entender utilizou. Ainda assim, votam favoravelmente a Moção, mas com estas
16 considerações.

18 **O deputado Henrique Troncho** informou que está totalmente de acordo com o teor da Moção
19 apresentada.

21 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** referiu que, contrariamente aquilo que foi dito pelo deputado
22 José Santos, os indicadores e a estatística dão indicação precisamente de que existem muitas
23 desigualdades, e a desigualdade entre homens e mulheres em Portugal ainda persiste, e quase se
24 atrevia a dizer que, nesta Moção, poderíamos dizer não alguma cultura machista mas a cultura
25 machista que de facto existe.

27 **A deputada Elmina Lopes** disse que em nome da CDU querem a subida desta Moção, que vai no
28 sentido semelhante a uma que também apresentam, e até sugeria que fossem as duas
29 sequencialmente votadas, não necessariamente juntas. De qualquer forma referiu que apoiam, que
30 infelizmente a sociedade portuguesa é uma sociedade ainda marcada por profundas desigualdades,
31 apesar dos notabilíssimos progressos que houve nas últimas décadas, mas afirmam que as
32 desigualdades são profundas e reafirmam o apoio a esta Moção.

34 **O deputado João Sousa** informou que o Movimento Cuidar de Évora apoia a Moção, tirando algum
35 peso da forma como foi redigida, mas estando conscientes que falta ainda muito para se chegar
36 àquilo que é o fundamental para as mulheres do nosso País.

38 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu as intervenções dos deputados e não
39 verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Moção a votação.

41 **Deliberação da Moção:**

42 **Aprovada por maioria**, com 29 votos a favor (12 do PS, 7 da CDU, 5 da Coligação “Mudar Com
43 Confiança”, 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do BE, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 1 abstenção
44 do CH, com 30 presenças verificadas.

46 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos solicitando ao deputado Bruno
47 Martins que apresentasse a **Recomendação Pela Regionalização** proveniente da bancada do BE.

49 **O deputado Bruno Martins** informou secundar a posição da bancada da CDU, porque tem sido
50 hábito juntar as Moções por tema. Neste contexto, e tendo constatado que há duas sobre o Dia
51 Internacional da Mulher e duas sobre a situação que está a acontecer na Ucrânia, pensa que pode ser

mais interessante, para o debate, juntar temas do que os estar a saltar, ou seja, falar da Ucrânia e depois do Dia Internacional da Mulher.

O Presidente da Assembleia Municipal concordou com a sugestão apresentada, solicitando assim à deputada Elmina Lopes que procedesse à apresentação da Moção, número 7 proveniente da bancada da CDU, sobre o **Dia Internacional da Mulher**.

A deputado Elmina Lopes procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve na íntegra:

"Em agosto de 1910, na 2ª Conferência da Mulheres Socialistas realizada em Copenhaga, Clara Zetkin, propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher "cuidadosamente organizado", que pudesse ser comemorado em todo o mundo e que tivesse em primeiro lugar o objetivo de reivindicar o voto para as mulheres, mas também melhores condições de vida.

O êxito dessa iniciativa foi enorme e, no primeiro 8 de março, em 1911, realizaram-se gigantescas manifestações com milhares de mulheres em vários países da Europa.

O mote "pão e rosas" ("Yes, it is Bread we fight for—but we fight for Roses, too" — Sim, lutamos por pão, mas também por rosas!) introduzido nas lutas sufragistas e sindicalistas norte americanas desse período deu origem ao ato simbólico de oferecer flores às mulheres nesse dia em muitos países. Não como um ato de cortesia vazio, mas como uma homenagem à sua combatividade e reconhecimento da sua dignidade como ser humano.

Hoje, na maioria dos países do mundo o voto feminino é uma realidade sem contestação, embora a Suíça só o tenha instituído em 1971, Portugal de pleno direito com o 25 de abril de 1974 e a Arábia Saudita, por exemplo, tenha feito pálidos avanços apenas em 2011.

Relativamente às condições de vida, muito ainda está por fazer, desde o combate à discriminação salarial, e à precaridade laboral que afeta mais as mulheres, o apoio efetivo à maternidade, a erradicação do flagelo da violência doméstica, maioritariamente incidindo sobre as mulheres.

A Assembleia Municipal de Évora reunida em 25 de fevereiro de 2022 saúda o Dia Internacional da Mulher, saúda todas as mulheres e apela para que este dia seja uma celebração de igualdade e emancipação, condição para a democratização plena da sociedade portuguesa".

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O deputado Henrique Troncho informou, também, a sua concordância com os termos em que está apresentada a Moção.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção dos deputados e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a mesma a votação.

Deliberação da Moção:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado Bruno Martins que apresentasse a **Recomendação Pela Regionalização** proveniente da bancada do BE.

O deputado Bruno Martins informou que, partindo do princípio que o documento foi distribuído por todos os eleitos e eleitas, iria ler apenas o último parágrafo.

Documento da Recomendação à Assembleia, a qual se transcreve na íntegra:

"Como se deve organizar administrativamente um Estado para diminuir as desigualdades entre os territórios? Para se obterem respostas mais adequadas a um desenvolvimento harmonioso do país é ou não necessário criar um outro nível de decisão administrativa sub-nacional, entre Estado central e municípios?

Quem elaborou Constituição de 1976 deu resposta a estas questões, estipulando no artigo 237º que "a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais". E no artigo

238º que “as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”. As disposições constitucionais sobre as regiões administrativas nunca foram concretizadas. O país conhece os efeitos nefastos da excessiva centralização da administração estadual e as autarquias sentem de forma muito intensa o desperdício económico, as ineficiências, as desigualdades territoriais e sociais, o enfraquecimento da democracia que daí decorrem. A descentralização de competências para as regiões administrativas é um imperativo democrático, uma condição necessária a uma justa distribuição de recursos pelo território e à redução das desigualdades regionais que têm causado graves disfunções económicas, sociais e ambientais. A relação direta entre a existência de regiões administrativas e um desenvolvimento económico e social mais inclusivo é uma das principais conclusões do relatório “Decentralisation and Regionalisation in Portugal” publicado pela OCDE em 2020. E o XXV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) realizado em dezembro último aprovou uma resolução em que considera fundamental a criação de regiões administrativas, como contributo para a correção de desequilíbrios territoriais e para o reforço da cidadania. Ao invés do processo em curso de transferência de competências do Estado para os municípios, que tem merecido de muitos municípios justas reticências, é absolutamente necessário concretizar a criação das autarquias em falta: as regiões administrativas. Para se avançar para um país menos desigual, para a promoção do desenvolvimento regional, da coesão social e territorial, para o fortalecimento dos serviços públicos locais, para criar uma escala regional de participação democrática das populações, para um maior escrutínio das políticas públicas locais, para responder a nível local aos desafios da emergência climática, para combater o desperdício financeiro e diminuir o gasto público. A Assembleia Municipal de Évora reunida a 25 de fevereiro de 2022, delibera:

1. Manifestar mais uma vez a necessidade de implementar as Regiões Administrativas na Constituição da República Portuguesa;
2. Recomendar ao Executivo Municipal que aprofunde o seu conhecido empenhamento na criação das Regiões Administrativas, estimulando o esclarecimento e a participação popular através de debates e outras formas de mobilização cívica.”

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O deputado Henrique Troncho referiu que concorda quase na íntegra com a Moção apresentada, ainda assim gostaria de concordar na sua totalidade. Assim, solicitou a boa vontade do deputado Bruno Martins para uma pequena alteração no 5º parágrafo, porque não pensa que seja por causa de alguns municípios terem reticências à Regionalização, que defendem as regiões administrativas, porque independentemente disso é nossa convicção que isso é um processo fundamental para o desenvolvimento do País e do Alentejo.

Por isso, até para não tomar partido, também se podia dizer, considerando muitos Municípios que estão de acordo com a descentralização, podia-se dizer isso, mas nem uma coisa nem outra, pensa que com boa vontade, se diria apenas “....que tem merecido reticências de alguns Municípios, é absolutamente necessário...” Ficava por aí. Não sabe se é justo ou injusto porque lhe parece que este seja mais justo do que os outros que estão de acordo nem menos justo, naturalmente precisamos de adjetivar que também não são muitos, são alguns, como também há alguns que estão de acordo com o processo de descentralização em curso. Questionou o deputado Bruno Martins se aceita o retoque.

O deputado Bruno Martins informou que aceita a proposta de alteração.

O deputado José Santos lembrou que, como é público, a Regionalização não está hoje implementada em Portugal porque houve um Referendo ao qual o povo português entendeu não votar favoravelmente à implementação da regionalização, curiosamente no Alentejo o sentido de voto foi contrário. Disse que vão abster-se nesta Recomendação, recordando e pedindo que ficasse expresso em Ata que o imperativo democrático deverá ser avaliado previamente pelo povo português num Referendo, que considerasse se a Regionalização deve ou não avançar.

O deputado João Simas recordou que o Referendo não foi sobre a Regionalização, mas sobre o mapa da Regionalização, que é uma coisa um pouco diferente e que está na Constituição.

A deputada Elmina Lopes informou que a CDU concorda com a Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, já aligeirada pela proposta do PS, mas que continua, no essencial, a dizer o relevante, que as transferências de competências merecem justas reticências e as regiões administrativas são exatamente aquilo que faz falta para o desenvolvimento equilibrado do País e a potenciação económica, social, cultural e democrática da sociedade portuguesa. Portanto, vão votar favoravelmente.

O deputado Diogo Vasconcelos frisou que a posição do CDS/PP sobre a Regionalização é clara e foi expressa, somos contra a Regionalização e contra a criação de mais estruturas intermédias na Administração Pública. Portanto, como representante do CDS na Assembleia Municipal, vota contra esta Recomendação.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção dos deputados e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Recomendação a votação.

Deliberação da Recomendação:

Aprovada por maioria, com 22 votos a favor (12 do PS, 7 da CDU, 1 do BE, 1 do MICAZA e 1 do MMPI), 4 votos contra (1 da Coligação “Mudar Com Confiança” e 3 do Movimento Cuidar de Évora) e 5 abstenções (4 da Coligação “Mudar Com Confiança” e 1 CH), com 31 presenças verificadas.

O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado José Santos que procedesse à apresentação da terceira Recomendação, proveniente da bancada da Coligação “Mudar Com Confiança” sobre a **Intervenção urgente do Governo Português na defesa da Agricultura e do Mundo Rural em consequência da seca severa e extrema.**

O deputado José Santos informou que ia abster-se de ler a Recomendação dado que ela foi disponibilizada em tempo aos colegas de Órgão.

Documento da Recomendação à Assembleia, a qual se transcreve na íntegra:

“- Considerando a situação de seca severa e extrema que Portugal tem vindo a atravessar, que se tem vindo a agudizar com um forte impacto no desenvolvimento normal das culturas agrícolas e na gestão dos efetivos pecuários;

- Considerando que os apoios do Governo são considerados pelos empresários agrícolas, pequenos agricultores e suas associações como exíguos e desajustados das necessidades;

- Considerando a ausência de tomada de posição imediata, por parte do Ministério da Agricultura e do Ambiente sobre esta calamidade que se agudiza a cada dia;

- Considerando a importância económica e social da agricultura e do mundo rural no Alentejo e, particularmente, no concelho de Évora;

A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 25 de fevereiro de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal de Évora que:

1. Inste o Governo da República Portuguesa, através da Ministra da Agricultura, em colaboração com o do Ambiente, a definir no curto prazo um planeamento estratégico dos recursos hídricos com impacto no Alentejo, precisamente para garantir a resposta imediata às necessidades e fazer face a períodos de seca severa cada vez mais frequentes;

2. Exija ao Governo que adote de imediato, no plano das prioridades de política pública agrícola, as medidas necessárias para dar resposta às principais exigências dos empresários agrícolas, pequenos agricultores e suas associações, designadamente agilização das linhas de crédito, apoio para custeamento da alimentação dos efetivos, seguros de colheitas e outros;

1 *3. Purgar pela defesa e valorização das associações do setor como verdadeiros parceiros para o*
 2 *desenvolvimento rural, valorizando o setor primário como fator de desenvolvimento económico na*
 3 *região, dos ecossistemas e das comunidades rurais;*

4 *4. Expresse o seu claro apoio à agricultura, aos agricultores e ao mundo rural.*

5 *5. Remeter a presente Moção à Ministra da Agricultura, ao Ministro do Ambiente e às*
 6 *associações representativas do setor, nacionais e de base regional”.*

7
 8 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

9
 10 **O deputado José Santos** disse que considerando a situação de seca extrema e severa que o país
 11 atravessa, a ausência, na sua opinião, de uma posição imediata da parte do Governo, não atribuindo
 12 à situação de gestão em que o mesmo se encontra, pensando que isso não é fundamento para essa
 13 falta de reação rápida e tendo, também, obviamente em conta a importância da atividade agrícola e
 14 do desenvolvimento rural para o nosso Concelho.

15 Entende, de facto, que deve, a curto prazo, haver uma avaliação rigorosa da situação relativamente
 16 ao planeamento estratégico dos recursos hídricos com impacto no Alentejo. Aliás lamentam que,
 17 por exemplo, contrariamente ao que aconteceu no Algarve, em que há um plano regional de Ciência
 18 Hídrica financiado pelo PRR, tal não tenha acontecido na nossa região.

19 Entende, também, que deve haver da parte do Governo, esperando com maior legitimidade
 20 certamente do novo Governo, que no imediato a agricultura passe a ser uma prioridade das políticas
 21 públicas, o que no nosso entender não tem acontecido até agora.

22 Entende, também, que se deve dar um apoio mais claro e ouvir as Associações de Agricultores, quer
 23 as associações de pequenos agricultores quer também as maiores associações, aliás nos últimos dias
 24 a própria CAP apresentou um conjunto de trinta propostas, podendo não se concordar com todas
 25 elas, são sem dúvida um contributo importante da sociedade civil para a reflexão e para algum
 26 ajustamento nas políticas públicas nesta área.

27 Para terminar, expressou também o apoio claro à agricultura, aos agricultores e ao mundo rural e
 28 solicitou que esta Recomendação, caso seja aprovada, seja enviada à Sra. Ministra da Agricultura e
 29 ao Ministro do Ambiente, sobre a questão dos recursos hídricos, e às associações representativas do
 30 sector, quer as associações nacionais quer as regionais.

31
 32 **O deputado Henrique Troncho** revelou que quando viu esta Recomendação pensou que pela
 33 primeira vez ia assistir à confissão, da parte do PSD, da grande importância que tem para o
 34 desenvolvimento do Alentejo o Alqueva e, sobretudo, quanto mais não fosse, os problemas de
 35 abastecimento público que o Alqueva resolveu e graças ao qual, mesmo que não chovesse nos
 36 próximos três anos, não haveria qualquer problema de água no Alentejo, isto apesar de durante o
 37 tempo de governação do PSD do Professor Cavaco Silva ter assistido a uma sessão em Reguengos
 38 de Monsaraz onde o Professor Cavaco Silva disse que o dinheiro do Alqueva dava para fazer uns
 39 quantos hospitais e umas quantas escolas e, portanto, seria mal empregue, preferia fazer os hospitais
 40 e as escolas, coisa que não fez mas também não fez o Alqueva, é verdade, parou as obras, felizmente
 41 depois começaram.

42 Pensou que era de facto uma homenagem, mas afinal não, é o PSD primeiro a fingir que é associação
 43 de agricultores e portanto a falar pelos pequenos agricultores e suas associações, não sabendo onde
 44 foi buscar esta delegação de competências das associações de agricultores ou como é que consegue
 45 interpretar, se calhar pensa que tem o apoio dos agricultores, mas não tem como se viu há pouco
 46 tempo. Depois, a partir daí passa a fingir que é Governo, que é Ministério da Agricultura, se calhar
 47 pensou durante algum tempo que ia ser, não conseguiu, mas aqui está de facto uma espécie de
 48 programa de defesa da CAP e outras generalidades semelhantes.

49 E, finalmente, passa a fingir que é Câmara Municipal e que é Presidência da Câmara, e ensina à
 50 Câmara o que é que deve fazer nesta área, o que é que deve criar e como é que deve instar o Governo
 51 a fazer aquilo que de facto acha que Governo não faz, e diz, depois, uma coisa que é absolutamente
 52 falsa, para além de outras, mas esta é de “bradar aos céus”, quando refere que não há qualquer

1 posição imediata do Ministério da Agricultura e Ambiente, por acaso até viu ontem, na televisão,
 2 uma intervenção sobre esta matéria da Ministra da Agricultura.
 3 Neste contexto, importa dizer que esta Recomendação é má por aquilo que não diz, é péssima por
 4 aquilo que diz, e que votam contra.

5
 6 **O deputado José Figueira** referiu que compreende as preocupações que possam estar inerentes a
 7 esta proposta de Recomendação. Julga que tem de se ter em consideração que a nível da agricultura,
 8 em termos gerais, 73% da água é consumida na agricultura no Alentejo e, por isso, o problema neste
 9 momento coloca-se não só em termos dos problemas da seca e na forma de gerir a água, que é um
 10 bem escasso, mas também repensar nos modelos agrícolas que estão instalados e que consomem a
 11 água.

12 Ou seja, que tipo de agricultura queremos, no sentido de diminuir os impactos de uma agricultura
 13 que, da forma como está a ser explorada, consome bastante água e que, hoje mesmo, as associações
 14 de produtores e agricultores fazem declarações públicas de que é preciso mudar as tecnologias ao
 15 serviço da agricultura, no sentido dos impactos no consumo da água serem diminuídos. Isso é dito
 16 hoje claramente, quer seja pela CAP, quer seja pela CNA, quer seja por outras associações sectoriais
 17 que existem hoje na agricultura.

18 Por outro lado, temos de ter em consideração que há empresas agrícolas de diversos modelos, há os
 19 produtores agrícolas, há a pequena e média agricultura e há a agricultura familiar, por isso é
 20 necessário perceber nesta panóplia toda de agentes da agricultura, quem é que na verdade está a
 21 sofrer mais e quem é que corre alguns riscos nesta área. Assim, francamente tem algumas reservas,
 22 não tanto quanto aos princípios que lhes estão inerentes, mas mais na formulação como ela está feita
 23 e por isso compreende as preocupações. Assim, iremos abster-nos a Recomendação.

24
 25 Neste momento, e a seu pedido, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao
 26 **Presidente da Câmara**

27
 28 **O Presidente da Câmara** começou por agradecer e disse que, não sendo hábito intervir neste tipo
 29 de propostas, gostava de chamar a atenção que qualquer proposta pode, naturalmente, recomendar
 30 à Câmara que faça aquilo que entender, mas a Assembleia Municipal tem toda a legitimidade para,
 31 diretamente, determinar e recomendar, a quem quer que seja o que entender, ou seja, não tem de o
 32 fazer através da Câmara Municipal, mas compreende. Já não percebe que, por exemplo, remeter a
 33 Moção para a Sra. Ministra da Agricultura, em caso de aprovação, seja uma Recomendação à
 34 Câmara.

35 Portanto, acha que há aqui uma formulação que julga que será só questões de português, e refere-se
 36 apenas a uma questão formal, digamos assim, que gostava de reparar, e que tem a ver com a relação
 37 com a Câmara. Já em relação às questões de política do Município, elas naturalmente são
 38 determinadas nas Opções do Plano e Orçamento que estão em vigor e que irão ser deliberadas nesta
 39 Assembleia Municipal.

40
 41 **O deputado Bruno Martins** disse que, de facto, pensa que a seca não é um problema que deva ser
 42 relativizado de todo, é fruto e consequência da emergência climática que vivemos nos nossos dias
 43 e que não é um problema de agora, será um problema dos próximos anos e que deve merecer toda
 44 a nossa atenção. Percebe a intenção da Coligação PSD/CDS apresentar esta Recomendação, mas,
 45 nesta Recomendação, quando se fala em principais exigências dos empresários agrícolas, pequenos
 46 agricultores e suas associações, encontram-se aquelas que são as justas exigências de quem promove
 47 uma agricultura amiga do ambiente e que promove qualidade de vida e que nos dá alimento, mas
 48 também temos as exigências daqueles grandes empresários e associações financeiras que fazem uma
 49 agricultura inimiga do ambiente, agricultura intensiva e super intensiva, que alimenta a urgência
 50 climática em que vivemos e aqui cabe tudo e mais alguma coisa, portanto, há que ter cuidado com
 51 esta formulação, e tendo em conta esta formulação vai abster-me em nome do Bloco de Esquerda.

O deputado Diogo Vasconcelos referiu que relativamente a este assunto quer relembrar algumas coisas que são importantes e parece que não estão a ser devidamente pensadas e explanadas nesta Assembleia.

Primeiro, assistimos ao Deputado eleito pelo PS, dizer que tem de se relativizar a seca. Ora isto não é uma questão que se possa relativizar, isto é de extrema importância, de extrema gravidade, e qualquer tentativa de minimizar e de relativizar um problema destes é ofensivo para os agricultores e para os empresários agrícolas que tentam produzir bens alimentares para alimentar a nossa população. Recordou que há uma guerra na Ucrânia, que é o principal fornecedor de cereais da Europa, que há apenas reservas para 20 dias e os senhores deputados acham que não se deve usar água na agricultura, só quer saber como é que estão a pensar produzir cereais nos próximos tempos, para fazer face a esta situação.

Relativamente às medidas do Ministério da Agricultura, elas são inexistentes, não foi tomada qualquer medida por parte do Ministério da Agricultura para fazer face a este problema da seca, e temos uma Ministra que está completamente desaparecida em combate, não sabe se vai ser saneada, se vai ser despedida ou se vai ser trocada, mas espera bem que sim, porque realmente fez um papel perfeitamente inexistente, no Ministério e é necessário e urgente tomar medidas para resolver este problema, não diz medidas imediatas, que o problema da seca não se resolve com medidas avulsas, é preciso uma política agrícola, é preciso uma política para encarar estes problemas, porque na realidade chove menos, e temos de começar a pensar neles com algum planeamento e com alguma estratégia.

Portanto, esta divisão do Ministério da Agricultura e do Ministério do Ambiente fica sem se saber quem é que manda na questão da água, o que também complica toda a questão em torno da seca, por isso só pretende chamar a atenção que isto não é um problema nem dos grandes agricultores, nem dos pequenos ou médios agricultores, é um problema de todos neste País, estamos perante uma situação de alterações climáticas gravíssima que tem de ser combatida e relativizar a seca e achar que são os grandes agricultores que querem gastar água ou que a agricultura de regadio é o inimigo e os agricultores são inimigos do ambiente, não vai resolver nada, ou começamos todos a remar para o mesmo lado ou nada disto vai ser resolvido.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção dos deputados e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a Recomendação a votação.

Deliberação da Recomendação:

Rejeitada por maioria, com 6 votos a favor (5 da Coligação “Mudar Com Confiança” e 1 do CH), 12 votos contra do PS e 13 abstenções (1 do BE, 7 da CDU, 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do MICAZA e 1 do MMPI), com 31 presenças verificadas.

Declaração de voto da CDU:

“Em relação à abstenção da CDU ela deve-se ao facto de a formulação da Recomendação, na nossa opinião, não estar clara e objetiva embora estando de acordo com as preocupações que hoje se manifestam na agricultura e pelos agricultores.”

O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, solicitando à deputada Clara Grácio que proceda à apresentação do **Voto de Pesar a João Bilou**, proveniente da bancada da CDU.

A deputada Clara Grácio saudou todos os membros da Assembleia, e procedeu à leitura do Voto de Pesar à Assembleia, o qual se transcreve na íntegra:

“No passado dia 23 de janeiro deixou-nos João Vicente Marques Bilou, ímpar cidadão de Évora, que assim perde um dos seus cidadãos mais eminentes.

João Bilou era um homem de grande dimensão humana e cultural. Deixou a sua marca como dirigente associativo, como autor, encenador e ator de teatro amador, como autarca, como técnico de cultura da Câmara municipal.

1 Como dirigente da sua / nossa SOIR Joaquim António de Aguiar, carregou com outros o testemunho
2 desta coletividade centenária. Aí dinamizou durante muitos anos uma das atividades emblemáticas
3 desta associação, o Grupo de Teatro Amador de que foi ator e mais tarde encenador. No quadro
4 dessa intensa atividade foi também dinamizador da organização do Festival de Teatro de
5 Amadores, o mais antigo do país. Não se ficando por aí, escreveu peças para serem aí encenadas
6 das quais se destaca "O Centenário da Coletividade", peça com que a SOIR comemorou
7 precisamente os seus 100 anos.

8 A sua intensa atividade cívica e política passou pelo seu contributo para a instalação do poder
9 local democrático no pós-25 de abril, bem como para consolidação do regime democrático.
10 Enquanto autarca foi Presidente da Junta de freguesia de Évora e também membro de diversos
11 órgãos autárquicos durante vários mandatos.

12 Teve ainda um papel muito relevante enquanto técnico de cultura da Câmara municipal, onde
13 desempenhou funções na Divisão Sociocultural.

14 A Câmara Municipal de Évora tinha já reconhecido o seu relevante trabalho em prol do
15 associativismo da cultura, ao atribuir-lhe em 2019 a Medalha de Mérito Municipal — Classe Ouro.
16 O João era uma pessoa extremamente generosa e humana e deixou inúmeros amigos, uma profunda
17 saudade em todos que com ele privaram.

18 A Assembleia Municipal de Évora, reunida em 25 de fevereiro de 2022, delibera:

19 Apresentar à sua família, à SOIR Joaquim António de Aguiar e amigos as mais sentidas
20 condolências;

21 Recomendar à Câmara Municipal que procure atribuir o seu nome a uma artéria da cidade.

22 Observar um minuto de silêncio, em sua devida homenagem".

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

25
26 **O deputado Francisco Brito** referiu que a bancada Coligação “Mudar Com Confiança”
27 naturalmente se associa a este Voto de Pesar, e, enquanto Presidente da União das Freguesias de
28 Évora teve a oportunidade de também transmitir à família de João Bilou as suas condolências
29 pessoais e enquanto autarca desta União das Freguesias.

30 João Bilou foi o 1º Presidente da União das Freguesias de Évora, que nasceu por fusão das
31 Freguesias que compõem o Centro Histórico, em 2013, e a sua importância que está explanada neste
32 documento vai, também, muito para além disso e sempre foi um cidadão exemplar, por isso,
33 naturalmente, votam favoravelmente.

34
35 **O deputado Henrique Troncho** referiu que se trata de uma homenagem muito justa, a que
36 naturalmente se associam, é muito merecida, e não é preciso dizer mais nada porque consideram
37 que está tudo dito.

38 **Deliberação da Moção:**

39 **Aprovada por unanimidade**, com 31 presenças verificadas.

40
41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o minuto de silêncio em homenagem a João
43 Bilou.

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado José
46 Santos que procedesse à apresentação da **Moção Para a criação de uma estratégia de**
47 **desenvolvimento económico e de uma utilização virtuosa das verbas do PRR para o Concelho**,
48 proveniente da bancada da Coligação “Mudar Com Confiança”.

49 Advertiu o deputado que a sua bancada já não dispõe de tempo, ainda assim concedeu-lhe algum
50 para apresentarem a Moção.

51 Documento da Moção à Assembleia, a qual se transcreve na íntegra:

52 “- Considerando o desenho centralista e a falta de aprofundamento territorial das medidas,
53 reformas e investimentos que constam no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

- 1 - Considerando que nas vertentes económica, ambiental e cultural o Plano de Recuperação e Resiliência é pouco mais do que "pólvora seca" para a cidade de Évora e para o Alentejo.
- 2 - Considerando que na primeira oportunidade de que dispôs para aceder a fundos das agendas mobilizadoras da competitividade, a Câmara Municipal de Évora não conseguiu garantir a afetação de verbas do PRR à economia local, uma vez que a candidatura apresentada não foi aprovada pela Estrutura de Missão deste programa gerido pelo Governo Português, contrariamente às de outros Municípios que lograram alcançar tal propósito, como por exemplo Beja ou Campo Maior.
- 3 - Considerando a necessidade de incrementar a absorção e aplicação virtuosa dos fundos estruturais em geral e dos do PRR, em particular, no nosso concelho.
- 4 O Grupo Municipal da Coligação "Mudar com Confiança" propõe que a Assembleia Municipal de Évora, reunida a 25 de fevereiro de 2022, ao abrigo do artigo 25 n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere recomendar à Câmara Municipal de Évora que:
1. Adote a criação, no prazo máximo de três meses, de uma estrutura técnica profissionalizada envolvendo os atuais recursos humanos do Município da área de desenvolvimento económico, bem como apoios de consultoria altamente especializados, contratados em outsourcing, à peça, em função das especificidades dos Avisos publicados no âmbito do PRR. Esta estrutura teria como função primordial a preparação das diversas candidaturas.
 2. Elabore, em conjunto com os agentes económicos locais, uma Estratégia Municipal de Desenvolvimento Económico, pensada no médio e longo prazos (até 2030), através da qual se planeie e promova, de forma concertada - a partir da definição de quais são as apostas estratégicas de Évora - não só a utilização dos fundos do PRR, mas também dos instrumentos e verbas provenientes do futuro Quadro Comunitário de Apoio e particularmente do PO Regional Alentejo 2030.
 3. Sujeite o acompanhamento e a aprovação da referida Estratégia ao escrutínio da Assembleia Municipal.
 4. E ainda que exija ao Governo a revisão do PRR com o consequente alinhamento das suas medidas e investimentos às necessidades das regiões, particularmente do Alentejo e de Évora.
 5. Remeta a presente Moção ao Senhor Primeiro-Ministro, à Ministra da Coesão, e ao Ministro do Planeamento, bem como à Estrutura de Missão responsável pela gestão do PRR."

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O deputado José Santos agradeceu a simpatia do Sr. Presidente da Assembleia, e disse que esta proposta para a criação de uma estratégia de desenvolvimento económico e de uma utilização virtuosa das verbas do PRR para o Concelho tem dois objetivos, primeiro entendem que do ponto de vista da ação específica da Câmara de Évora, o que aconteceu com a candidatura das áreas de acolhimento empresarial da nova geração é sintomático no sentido que deve haver, de facto, um reforço técnico na apresentação de candidaturas desta índole ao PRR. Referiu que têm alguma dificuldade em perceber quando os critérios de seleção são, por exemplo, o número de empresas nestas áreas de acolhimento, o número de postos de trabalho, a ligação ao Sistema Regional de Inovação e têm alguma necessidade em perceber como é que, por exemplo, Beja e Campo Maior, não que obviamente tenha alguma coisa contra, antes pelo contrário, tenham tido as suas candidaturas aprovadas, mas parece que é penalizador para Évora não ter conseguido a aprovação desta candidatura e entendem que, de facto, por vezes é necessário para algumas situações reforçar os dispositivos técnicos para as candidaturas ao PRR, que são candidaturas complexas, é a "liga dos campeões", e portanto entendem que as equipas têm de se preparar para isso.

Portanto, daí a proposta do ponto 1 da Moção de entenderem que, no prazo máximo de 3 meses, deverá ser constituída uma estrutura técnica profissionalizada, reforçada, para que, em função dos avisos que vão aparecendo, a Câmara possa responder com mais consistência e mais a propósito. Isto implica que, a montante, não estamos sempre dependentes dos avisos possa haver uma estratégia pré-definida, há um conjunto de planos estratégicos um bocadinho dispersos que Câmara tem desenvolvido, pensam que é importante haver uma anexação dessas estratégias num único

documento estratégico, um documento muito claro e muito objetivo, onde se perceba quais são as grandes apostas de desenvolvimento económico, social e cultural da Câmara, para que isso facilite, obviamente, toda a programação de candidaturas que possam ser feitas quer no âmbito do PRR, quer no âmbito do novo Programa Operacional Regional, sabendo que o PRR, enfim, e vários sectores de pessoas ligadas ao Partido Socialista tem dito publicamente, que de facto o PRR tem um determinado desenho de base de personalização mais centralista.

Entendem também, e isso é possível pela regulamentação associada aos mecanismos europeus, que deve haver uma revisão do próprio PRR, no sentido de o tornar mais amigável daquilo que são as necessidades das regiões, e portanto também exigem no bom sentido e com um bom propósito, que esta revisão se faça e possa vir um maior alinhamento das medidas que efetivamente são as necessidades do Alentejo e de Évora.

O Presidente da Câmara solicitou, novamente, o uso da palavra para transmitir algumas notas relacionadas com esta questão. A primeira, para dar uma informação a propósito desta estrutura profissionalizada e dizer que esta candidatura foi apresentada numa parceria com a AIP, que julga que terá uma estrutura suficientemente profissionalizada para dar a garantia da qualidade da candidatura. É isto que têm estado a fazer quando, naturalmente, precisam de ter acrescentos de capacidade técnica, mas, salientou que no caso em concreto foi uma parceria com a AIP. Curiosamente, a candidatura foi recusada por uma questão formal, não conseguiram confirmar, mas o júri diz que não conseguiu abrir o link em que foram os documentos enviados. É algo que nos deixa um pouco surpreendidos, digamos assim, porque se não conseguiram abrir o link certamente deveriam contactar a Câmara e perguntar porque é que o link não abria. Ainda assim, estão a tentar perceber alguma coisa mais sobre esta matéria, acrescentando que relativamente a esta candidatura, em concreto, havia 120 milhões de euros que foram distribuídos por meia dúzia de Câmaras, e, aliás, há uma listagem dessas Câmaras que é conhecida.

Relativamente às questões do Plano Estratégico, como é sabido, o Dr. José Santos até conhece, foi definido um Plano Estratégico para Évora, que teve como objetivo responder aos requisitos da Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, tendo havido o compromisso da Câmara em conjunto com a Assembleia Municipal, no mandato anterior, que se avançaria neste mandato.

Naturalmente, para atualizar o Plano Estratégico de Évora no sentido de ser mais vasto, e não apenas para responder aos requisitos da Candidatura, quando forem aprovadas as Opções do Plano e o Orçamento é isso que pensam fazer relativamente a essa matéria e estão a acompanhar o PRR. Portanto, eram estes esclarecimentos que gostava de deixar aqui para que pudesse ser entendido por parte da bancada.

O deputado Gonçalo Costa referiu que compreende, de alguma forma, a recomendação da bancada do Partido Social Democrata e a preocupação com a não aprovação da Candidatura apresentada pelo Município de Évora, com a qual também de alguma forma são solidários quanto à não aprovação da Candidatura. Agora, a bancada do Partido Socialista não se pode rever nem compactuar com as considerações iniciais relativamente ao desenho do PRR, quer à falta de oportunidades que o Alentejo, e Évora em particular, beneficiarão com este instrumento financeiro.

Portanto, convidaria a bancada do Partido Social Democrata a retirar da proposta de Moção estas considerações iniciais, porque a parte da preocupação com a não aprovação da Candidatura apresentada pelo Município de Évora partilham, também, da mesma opinião.

O deputado José Figueira informou que a bancada da CDU estava disponível para, com todas as bancadas, analisar esta questão do PRR, de uma forma mais simples, e para não haver ilusões vai dar só 2 números estatísticos sobre o PRR e as autarquias locais e as áreas metropolitanas: a 5 de fevereiro, o número de avisos do PRR para as autarquias locais e as áreas metropolitanas foram 7, específicos só para as autarquias locais e as áreas metropolitanas, na página certamente verificarão que os valores desses avisos correspondem somente a 9% dos 5.753 milhões que são o somatório dos avisos todos publicados.

1 Isto para termos uma noção do que é que estamos a falar, a nossa preocupação em relação a isto é
2 que o PRR está altamente centralizado e não tem uma perspetiva nem uma abordagem regionalizada,
3 que devia ter na nossa opinião. Ou seja, tal como o Portugal 2020 tem os POS regionais, na nossa
4 opinião devia de haver também uma parte dos meios financeiros do PRR para as regiões. E por isso
5 da nossa parte estamos disponíveis, até porque pelas informações do Sr. Presidente da Câmara, há
6 aqui coisas que já estão desatualizadas e se calhar até sugerir que a bancada do “Mudar Com
7 Confiança” pudesse retirar esta Moção e pudéssemos dialogar convosco porque estamos disponíveis
8 para analisar de uma forma fina esta matéria.
9

10 **O deputado José Santos** disse que percebe perfeitamente a intervenção dos deputados Gonçalo
11 Costa e José Figueira, mas no essencial o que dizem é o que o José Figueira disse, ou seja, o PRR é
12 excessivamente centralizado, toda a gente sabe e, portanto, necessita de ser alterado e de ser revisto,
13 aí pensa que estão todos de acordo, agora não podem estar de acordo, obviamente, com algumas
14 considerações que os colegas do Partido Socialista não se reveem, percebe. É uma questão de líder,
15 a AIP é um bom parceiro, o certo é que a Candidatura não foi aprovada. Portanto, no essencial não
16 há necessidade de alterarem a Moção, a Moção é uma recomendação para descentralizar o PRR,
17 para rever PRR e para que a Câmara de Évora tenha uma maior capacidade de resposta aos
18 sucessivos avisos do PRR e que para tal, enfim, sintetize, como o Presidente da Câmara disse, e
19 defina uma estratégia de desenvolvimento económico mais clara.
20

21 **O deputado Bruno Martins** comunicou um ponto de ordem à mesa, referindo que bancadas sem
22 tempo continuarem a intervir não consegue compreender, ou pedem tempo a outras bancadas ou
23 assim abre-se um precedente, ou seja, abdicou de ler parte de uma Moção para gerir o seu tempo,
24 se precisar de mais irá com certeza pedir a outra bancada que ceda tempo, agora isto é abrir-se um
25 precedente que no seu entender não pode acontecer.
26

27 **O Presidente da Assembleia Municipal** concordou com o deputado Bruno Martins, mas esclareceu
28 só tem permitido alguns excessos para que os deputados apresentem as suas propostas.
29

30 **O deputado Bruno Martins** respondeu que compreende a intenção, ainda assim tem que haver
31 regras claras para toda a gente.
32

33 **O deputado João Sousa** informou que a esta proposta, o Movimento Cuidar de Évora responde
34 com uma contraproposta: porque não criar uma comissão da Assembleia Municipal composta por
35 todas as forças políticas para acompanhamento e supervisão da questão do PRR, porque é uma das
36 missões da Assembleia o acompanhamento e supervisão da Câmara Municipal. E, em termos de
37 acompanhamento, para todos podermos contribuir para uma melhor gestão desta matéria, que é
38 importantíssima para o Concelho e que, provavelmente, porque estamos aqui no interior, seremos
39 prejudicados na distribuição destas verbas do PRR, e por isso todos se deviam empenhar para
40 fazermos o melhor, contribuirmos com o melhor, para a Câmara poder ter um melhor
41 acompanhamento nas decisões que vier a tomar nesta matéria. E uma Comissão, como está previsto
42 no nosso Regimento, que seja constituída com todos os representantes de todas as forças políticas
43 eleitas.
44

45 **O Presidente da Assembleia Municipal** disse ao deputado João Sousa que a sua proposta será tida
46 em consideração, muito em breve, noutro contexto, e deu a palavra ao deputado Henrique Troncho.
47

48 **O deputado Henrique Troncho** referiu que é para apoiar a contraproposta apresentada, acha que
49 sim, que é uma forma construtiva de acompanhar esta situação e, portanto, mais útil quer para a
50 Câmara Municipal quer para a Assembleia do que esta proposta de Moção, que inclui um conjunto
51 de considerandos no mínimo discutíveis e depois um conjunto de soluções que parece que a Câmara
52 até já está a fazer. Portanto, pela nossa parte apoiaríamos que, em contraponto a esta Moção, fosse
53 votado, e teria o nosso voto favorável, a proposta apresentada pelo Movimento Cuidar de Évora.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção os deputados e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a Moção a votação.

Tomou a palavra o **deputado José Santos** dizendo que pensa que são coisas diferentes, uma coisa é criar uma Comissão para acompanhar a aplicação das verbas do PRR no Concelho. Outra coisa é a Moção apresentada.

O Presidente da Câmara pediu a palavra para lembrar que tem sido hábito, da parte da Câmara, conceder tempo quando é solicitado, estando disponíveis para isso, para as bancadas que entenderem, desde que depois tenham algum tempo para responder, se tiverem necessidade disso. Neste sentido, concedeu 1 minuto à bancada do PSD.

O **deputado José Santos** agradeceu o tempo concedido e disse que uma coisa é a proposta do Movimento, que é de facto criar uma Comissão para avaliar a aplicação das verbas do PRR, outra coisa é o que propomos que é exigir, ou pedir, ou fazer uma Moção para rever o PRR, e fazer que o PRR tenha uma aproximação mais clara àquilo que são as necessidades do território. Portanto, são coisas diferentes, mas não quer dizer que não possamos concordar com a proposta do Movimento, como é obvio.

O **deputado Gonçalo Costa** informou que, em conclusão, mantendo-se a proposta conforme foi apresentada, não havendo qualquer alteração por parte da bancada do Partido Social Democrata, a bancada do Partido Socialista irá votar contra esta Moção reiterando a disponibilidade para apoiar a proposta do Movimento.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção dos deputados e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Moção a votação.

Deliberação da Moção:

Rejeitada por maioria, com 6 votos a favor (5 da Coligação “Mudar Com Confiança” e 1 do CH), 12 votos contra do PS e 13 abstenções (1 do BE, 7 da CDU, 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do MICAZA e 1 do MMPI), com 31 presenças verificadas.

A **deputada Elmina Lopes** requereu um período de interrupção entre 5 a 10 minutos, para poderem concertar uma questão.

Não havendo objecções, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que se fará um intervalo de 10 minutos.

Retomados os trabalhos o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao deputado Francisco Figueira que procedesse à apresentação do Voto de Condenação sobre a **Invasão Russa em território Ucrainiano**, proveniente da bancada da Coligação “Mudar Com Confiança”.

Sugerindo-lhe para solicitar algum tempo o qual foi concedido 1 minuto pela Câmara Municipal. Documento do Voto de Condenação à Assembleia, o qual se transcreve na íntegra:

“Em nome da bancada municipal da Coligação “Mudar com Confiança”, apresentamos este voto de condenação, onde gostaríamos de expressar toda a nossa solidariedade para com a Ucrânia e a nossa firme condenação do ato ilegítimo e ilegal da Federação Russa.

Na passada segunda-feira, o presidente da Federação Russa, Vladimir Putin assinou um decreto que reconhece as regiões separatistas de Lugansk e de Donetsk, no Donbass (leste), e ordenou a entrada das forças armadas russas naqueles territórios ucranianos numa missão de “manutenção da paz”, onde claramente a intenção foi tomar o controlo da região e a invasão da Ucrânia.

Na madrugada de anteontem, a Federação Russa apresentou-nos mais um dia negro na nossa história, na história da nossa Humanidade, declarando oficialmente guerra e iniciando a invasão e bombardeamento sobre o território Ucrâniano.

Considerando que:

- a) A resolução apresentada no Conselho de Segurança da ONU para reafirmar o compromisso do Conselho pela "soberania, independência, unidade e integridade territorial" da Ucrânia;
- b) Que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução (Resolução 68/262) onde se afirma "O compromisso da ONU com a integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas sublinhando a nulidade do referendo de 2014";
- c) Todos os esforços diplomáticos e condenação da postura e intenção russa efectuados insistentemente pela União Europeia, Estados Unidos, Reino Unido e Austrália foram ignorados e manietados pela Federação Russa, na pessoa do seu Presidente;
- d) Portugal, enquanto país da União Europeia e país fundador da NATO, tem um profundo compromisso com os objetivos internacionais da liberdade, democracia, justiça, cooperação e respeito pelos Direitos Humanos.

Apresentamos o presente voto de condenação, no sentido de:

- Condenar a invasão e ato de agressão da Federação Russa à República Ucrâniana, que desrespeita o Direito Internacional, os Direitos Humanos e as Minorias;
- Apresentar a sua fraternidade e apoio com o povo e a República Ucrâniana;
- Reafirmar a soberania, a independência política, a unidade e a integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Solicitamos e agradecemos ainda que se envie este voto de condenação ao Governo e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, com deliberação da nossa Assembleia Municipal."

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O deputado Francisco Figueira disse que, sem mais delongas, se abstém, naturalmente, de ler o Voto de Condenação, mas há hora a que estamos aqui reunidos e o povo da Ucrânia está a ser agredido por um exército a mando de um tirano fascista e, portanto, este Voto de Condenação pretende única e exclusivamente condenar esse ato bárbaro que julgávamos todos afastado já do nosso espaço civilizacional. Solidarizarmo-nos naturalmente com o povo ucraniano vítima desta agressão e reafirmar, os princípios do direito internacional, da autodeterminação dos povos e do respeito pelo direito internacional. Querem acrescentar neste Voto de Condenação, como proposta, que a Assembleia Municipal pudesse guardar 1 minuto de silêncio em homenagem e solidariedade ao povo ucraniano que neste momento se encontra a ser martirizado por um exército invasor.

O deputado Gonçalo Costa informou que a bancada municipal do Partido Socialista está disposta a acompanhar este Voto de Condenação mas gostaria de reforçar com um voto de solidariedade para todos os cidadãos ucranianos e russos ,também, porque grande parte dos cidadãos russos são contra este ataque vil feito por um tirano fascista que unilateralmente invadiu e pôs em causa a soberania de um povo e de um território, e, portanto, gostariam de ir mais longe que aquilo que o PSD apresenta neste Voto de Condenação, e gostariam de dar um voto de solidariedade a todos os cidadãos ucranianos e russos que habitam no nosso Concelho e expressar toda a solidariedade que esta Assembleia Municipal terá com eles.

O deputado Francisco Figueira referiu que concordavam com a proposta do Partido Socialista e estavam disponíveis para acrescentar essa referência, que só por mero lapso não foi colocada.

A deputada Elmina Lopes solicitou à Câmara Municipal a concessão de 2 minutos, para poderem discutir o PAOD.

Foram concedidos 2 minutos à bancada da CDU.

A deputada Elmina Lopes referiu que, face à apresentação do PSD, ficam um pouco chocados porque, num conflito entre duas potências fascistas da Europa em que uma invadiu a outra, ficam

1 chocados com esta unilateralidade que não assistimos noutros conflitos e noutras invasões noutros
 2 terrenos no mundo. A CDU vai votar contra este Voto de Condenação porque a CDU considera que
 3 acima de tudo o valor da Paz e da cooperação internacional e da não resolução dos conflitos de
 4 forma armada é a via, o caminho correto para a resolução de todos os conflitos e, portanto, se é
 5 verdade que estamos a assistir à agressão de uma potência capitalista liderada por um governo liberal
 6 capitalista de direita sobre um outro país onde, infelizmente, civis estão a ser agredidos mas,
 7 simultaneamente um governo fascista, fantoche e montado com a ajuda de potências estrangeiras,
 8 realmente venha o diabo e escolha, e, portanto, nós condenamos violentamente a formação de blocos
 9 militares e batemo-nos pela abolição dos blocos militares e também nos batemos pela incondicional,
 10 e a todos os níveis, a resolução dos conflitos pela via negocial e pela via diplomática e é pela Paz
 11 que nós estamos e pela resolução pacífica dos conflitos internacionais. E nesta formulação não nos
 12 revemos nela e, infelizmente, porque sabemos que há pessoas a sofrer neste momento no território
 13 europeu, não nos revemos neste texto e vamos votar contra o contexto em que este Voto de
 14 Condenação foi colocado.

15
 16 **O deputado Gonçalo Costa** disse que gostava de saber, então, qual é que eram os termos em que
 17 a CDU se revia.

18
 19 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que não já não têm tempo.

20
 21 **O deputado Gonçalo Costa** informou que ainda tem 57 segundos, pelo que voltou a questionar a
 22 CDU que informasse a Assembleia em que formulação se reviam.

23
 24 Resposta da **deputada Elmina Lopes** inaudível.

25
 26 **O deputado João Simas** referiu que crê que este problema é muito complexo e, no quadro das
 27 Nações Unidas, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, nenhum país tem o direito de invadir outro
 28 qualquer, as fronteiras devem ser mantidas, isto que seja muito claro. Também no quadro da Carta
 29 das Nações Unidas, os direitos dos povos devem ser respeitados, e chamou a atenção que neste caso
 30 a Ucrânia não tem apenas um povo, a Ucrânia tem, que é uma zona de fronteira historicamente, tem
 31 ucranianos de várias origens, tem russos ucranianos, tem tártaros ucranianos, tem ruténios, etc., tem
 32 muitas dúvidas que tenham sido respeitados os direitos destes povos, dos vários povos da Ucrânia,
 33 que não são apenas um.

34 Portanto, creio que se deve também caminhar para uma solução mais pacífica no quadro
 35 internacional da ONU e não com intervenções unilaterais possíveis da NATO, que tem cercado
 36 também estes países, tem cercado a Letónia, a Estónia, a Lituânia, Roménia, a Bulgária e outros, e
 37 se os Estados Unidos não admitiram mísseis em Cuba, aqui também alguns não admitem terem
 38 armas apontadas. Portanto, tudo isto tem de ser considerado, é claro que os povos têm de ser
 39 respeitados, isto tem de ser no quadro das Nações Unidas e não da NATO, como na Jugoslávia, que
 40 há poucos anos não se respeitou nada.

41
 42 **O deputado Gonçalo Costa** respondeu que a única coisa que concordam neste processo é que
 43 deverá ser encontrada uma solução pacífica para o problema.

44
 45 **O deputado João Sousa** informou que estão de acordo com este Voto de Condenação, apoiam
 46 porque de facto não poderia estar a acontecer aquilo a que estamos a assistir, que de facto é
 47 lamentável e trará consequências muito graves para nós, inclusivamente, o futuro o dirá.

48
 49 **O deputado Francisco Figueira** deixou um pequeno esclarecimento porque de facto acha que há
 50 alguma confusão na bancada da CDU, ou seja objetivamente a NATO não teve qualquer intervenção
 51 nesta invasão e os povos no seu legítimo direito à autodeterminação têm todo o direito para aderir à
 52 NATO, à União Europeia ou aquilo que entenderem, isso é um ato de autodeterminação, como aliás
 53 nós próprios o fizemos depois de termos derrotado a ditadura fascista.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção dos deputados e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a Moção a votação.

Deliberação do Voto de Condenação:

Aprovada por maioria, com 24 votos a favor (12 do PS, 5 da Coligação “Mudar Com Confiança”, 1 do CH, 1 do BE, 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do MICAZA e 1 do MMPI), 7 votos contra da CDU), com 31 presenças verificadas

Declaração de voto do BE:

“O Bloco de Esquerda votou a favor deste Voto de Condenação porque se revê naquilo que foi votado, ou seja, condenar a invasão e o ato de agressão e apresentar a fraternidade para com o povo da República Ucrâniana e reafirmar a soberania e a independência política da Ucrânia. Obviamente que os considerandos acima não seriam escritos da mesma forma por nós, julgo que Portugal tem um profundo compromisso com os objetivos internacionais de liberdade, democracia, justiça, essencialmente questões inscritos na Constituição da República Portuguesa e não tanto por sermos fundadores da União Europeia ou da NATO, aliás é conhecida a nossa posição à cerca da NATO e não temos qualquer problema em reafirmar-la todos os dias do ano, mas julgamos e o Bloco de Esquerda julga que não é tempo em momento nenhum, de uma forma mais direta ou indireta, desculpabilizar, mesmo não sendo essa a intensão, os atos hediondos de Putin, portanto votámos favoravelmente este Voto de Condenação.”

Declaração de voto do deputado João Simas:

“Embora considere que há considerandos que são justos neste Voto de Condenação, a referência a uma aliança agressora como é a NATO não deveria estar aqui, e já agora Portugal não entrou para a NATO depois do 25 de Abril, entrou muito antes, quando era uma ditadura e foi aliada da guerra colonial.”

Declaração de voto da deputa Elmina Lopes:

“Votei contra este Voto de Condenação por considerar que condenando eu a intervenção russa na Ucrânia, o conflito envolve a complexidade de haver agressão a civis, a minorias e a grupos populacionais de ambas as partes que tornam a complexidade deste sistema demasiado grande para se poder tomar partido neste conflito.”

O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado António Gavela que procedesse à apresentação da **Moção Em defesa da Paz e pelo fim da escalda de confronto na Europa**, proveniente da bancada da CDU.

O deputado António Gavela procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve na íntegra:

“Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia;

Salientando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras da Rússia, assim como da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar;

A Assembleia Municipal de Évora, reunida no dia 25 de fevereiro de 2022:

- Apela à urgente inversão da escalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial;

- Sublinha a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança coletiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia;

1 - *Insta a que, em defesa dos interesses e das aspirações do povo português e dos povos de toda a*
 2 *Europa, o Governo português atue de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a*
 3 *solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a*
 4 *Constituição da República Portuguesa.*"

5
 6 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

7
 8 **O deputado Henrique Troncho** referiu que a guerra é algo demasiado sério para ser usado como
 9 uma arma de confrontação partidária e pensa, também, que aqui estão todos de acordo que a invasão
 10 da Ucrânia, é um ato que não pode ser aceite e, portanto, seria bom que fizessem todos um esforço
 11 no sentido de ser possível aprovar as duas Moções que aqui são apresentadas, porque naquilo que
 12 diz respeito à conclusão de ambas estão de acordo com elas.

13 No entanto, há um parágrafo que é inaceitável, nomeadamente o 2º parágrafo, onde é feita a
 14 referência à NATO, porque é do conhecimento de todos que entre o PS e a CDU há algo que é
 15 absolutamente inegociável nesse aspeto, e respeitam a posição da CDU, mas esperam que a CDU
 16 também respeite a posição do PS.

17 Portanto, o esforço que fazem é votar tudo o que aqui está, se retirarem aquilo em que não têm
 18 qualquer possibilidade de concordar, têm muita pena, pois gostariam que a moção também fosse
 19 aprovada, mas tem de haver um esforço porque na verdade isto vai contra aquilo que é mais
 20 profundo na política internacional do Partido Socialista. Portanto, não poderemos votar a favor,
 21 como também não apresentariam uma Moção que quisessem que a CDU votasse defendendo
 22 explicitamente a NATO.

23
 24 **O deputado António Gavela** informou que mantêm a Moção tal como está porque entendem que
 25 esta guerra não caiu do céu, ela resulta de um quadro que tem uma evolução de acordo com uma
 26 correlação de forças internacionais que dá origem nesta guerra. Portanto, mantemos a nossa posição.

27
 28 **O deputado Francisco Figueira** disse que só quer assinalar o contorcionismo da bancada da CDU
 29 para se colocar ao lado de um ditador fascista que está a invadir um povo soberano. Por outro lado,
 30 gostava de conhecer a posição do Presidente da Câmara se, se revê nesta miséria moral a que acabam
 31 de assistir.

32
 33 **O deputado João Simas** comunicou que queria fazer um protesto e frisou que é um ataque direto
 34 em que é preciso haver provas.

35
 36 **O deputado José Santos** congratula-se com a posição do Governo Português, nomeadamente com
 37 o Ministro dos Negócios Estrangeiros, pela posição muito clara e assertiva sobre este tema. Disse,
 38 ainda, ao Dr. Gavela que a guerra de facto não caiu do céu, mas há bombas a cair do céu que estão
 39 a matar inocentes na Ucrânia, isto é uma violação flagrante do Direito Internacional e ninguém pode
 40 concordar com uma intervenção deste tipo.

41
 42 **O deputado João Sousa** referiu que gostaria de dizer que o fundamento desta Moção é o mesmo
 43 da que foi apresentada pela Coligação "Mudar Com Confiança", a formulação é que é diferente
 44 porque o que está em causa, e nisto estão todos de acordo, é que aquilo que aconteceu na Ucrânia
 45 não devia ter acontecido, houve uma invasão de um país soberano, não se deviam estar aqui a
 46 escamotear estas questões que são menores relativamente ao fundamento das duas propostas que
 47 foram aqui apresentadas. Neste sentido, disse que estão dispostos a passar por cima desse parágrafo,
 48 e aprovar esta Moção porque o fundamento é o mesmo da anterior.

49
 50 **O deputado Gonçalo Costa** esclareceu que a bancada do Partido Socialista não considera o teor
 51 das Moções idêntico, este parágrafo faz considerações com as quais não se revê nem podem rever.
 52 Portanto, mais uma vez, no sentido de acharem ou considerarem que o tema subjacente a esta Moção
 53 é demasiado importante para haver divisão dentro desta Assembleia Municipal, reiteram o convite

1 à bancada da CDU para retirar esse parágrafo com o qual, obviamente, como devem compreender,
2 tendo em conta a matriz política do Partido Socialista e a sua génese ideológica, não podem de forma
3 nenhuma concordar com aqueles considerandos, nem acham que os mesmos devam fazer parte de
4 uma Moção cuja natureza é a que estão a tratar.

5
6 **O deputado Bruno Martins** sublinhou e reafirmou que a posição do Bloco de Esquerda sobre a
7 NATO é conhecida e pública, são contra Portugal na NATO, e acham que a NATO tem
8 responsabilidades sobre este conflito e sobre muitos outros conflitos no nosso mundo, mas
9 reafirmam que não é tempo neste momento de alguma forma e por alguma razão desculpabilizar
10 Putin da sua ação, não é este o tempo de fazer isso, acho que tem de se ter um debate profundo sobre
11 a nossa presença na NATO, defendem isso, defendem a saída imediata de Portugal da NATO, mas
12 não é o tempo para isso.

13
14 **A deputada Clara Grácio** disse que pensa, tal como todos os que aqui estão e, por isso, nunca neste
15 debate se riu, que é uma questão muito séria, estão a falar de guerra, estão a falar de pessoas que
16 estão a ser alvo de uma guerra, e uma guerra é sempre mau. A nossa questão, é se devem ver sempre
17 todos os lados da questão, e chamou a atenção para alguns dados. Uma questão é que nos últimos
18 anos na Ucrânia morreram 15 mil pessoas, já estavam em guerra. Estão a falar de um país onde em
19 2004, houve um massacre de pessoas, pessoas que foram queimadas vivas na Ucrânia, estão a falar
20 disso, estão a falar de um governo que se juntou a um outro governo e que, na Assembleia Geral
21 das Nações Unidas, não conseguiu votar uma Moção contra as ideologias nazis.

22 Portanto, não é solidária de maneira nenhuma com a Federação Ucrâniana, é contra e todos nós
23 somos contra a invasão de um outro país, mas o que estão aqui a questionar, e por isso somos pela
24 Paz contra a NATO, porque a NATO é um bloco belicista, é um bloco de armamento, e portanto
25 não podem estar a favor de um bloco de armamento, estão contra, agora não podem ser é sectoriais,
26 tal como não estão a favor desta invasão, também há alguns anos atrás gostariam de ter visto aqui e
27 ter sido aprovado que estavam contra a invasão, pela NATO, da Jugoslávia, da Palestina, todos os
28 ataques que estão a ser feitos, e na Palestina é um genocídio, estão a ser feitos mundialmente,
29 portanto a história não deve ser vista só de um dos lados e que fique claro o que está aqui em causa,
30 é algo de muito, muito grave, por isso nada pode ir contra a Paz, só a Paz pode ser a evolução da
31 nossa sociedade.

32
33 **O deputado Henrique Troncho** referiu que é óbvio que na Ucrânia já se vivia uma situação de
34 guerra, é obvio que já tinham morrido milhares de pessoas, é obvio que a NATO não tem nada a ver
35 com isso porque a Ucrânia não é um país da NATO, e portanto esta situação não tem nada a ver
36 com a questão da NATO, se apresentasse aqui a dizer contra todas as mortes é obvio que não
37 distingue as mortes ucranianas das mortes russas, nem das mortes de outro país qualquer, nem as
38 guerras, por princípio é contra a guerra e por princípio é também contra qualquer tipo de violência
39 e sobretudo aquela que leva à morte, como é obvio, agora estão aqui um conjunto de questões que
40 parecem suficientemente importantes para não serem postas em causa pela inclusão de um
41 parágrafo, que lhe parece ter sido posto de propósito para termos de chumbar a proposta.

42
43 **A deputada Clara Grácio** propôs, então, que a moção fosse votada parágrafo a parágrafo.

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que as moções são votadas no seu todo.

46
47 **O deputado João Sousa** referiu que estão perante um desentendimento e não estão a chegar a
48 conclusão nenhuma. Neste sentido, o Movimento propõe uma Moção única e muito simples, “*A*
49 *Assembleia Municipal de Évora opõe-se à situação de guerra na Ucrânia e defende só a via do*
50 *diálogo*.”, acha que isto era o fundamental para acabar com estas diferenças todas.

51
52 **O Presidente da Assembleia Municipal** alertou que a mesa não pode subtrair as moções que foram
53 apresentadas, portanto tem de ser votada tal como está.

O deputado Gonçalo Costa esclareceu que a bancada do Partido Socialista não está a solicitar à bancada da CDU que coloque um parágrafo a elogiar a NATO, apenas está a pedir que retire um na qual condena ou faz uma crítica declarada à NATO.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção dos deputados e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a Moção a votação.

Deliberação da Moção:

Rejeitada por maioria, com 11 votos a favor (7 da CDUS, 1 do BE, 2 do Movimento Cuidar de Évora e 1 do MMPI), 17 votos contra (11 do PS, 5 da Coligação “Mudar Com Confiança” e 1 do CH) e 3 abstenções (1 do PS, 1 do Movimento Cuidar de Évora e 1 do MICAZA), com 31 presenças verificadas.

Declaração de voto do PS:

“A bancada do Partido Socialista porque, embora concordando com o espírito da proposta e com a quase totalidade do que nela está expresso, não podíamos aceitar o 2º parágrafo. Entendemos que poderia ter havido da parte da CDU uma abertura para de facto retirarem, entenderam que não, respeitamos isso, mas lembramos que sem espírito de compromisso não é possível nunca chegar a compromissos.”

O Presidente da Assembleia Municipal informou que chegaram ao fim do Ponto Antes da Ordem do Dia e deu início ao Ponto III.

III – Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os seguintes pontos:

1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo (para conhecimento)

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**

O Presidente da Câmara agradeceu e deixou uma saudação à Mesa, aos membros da Assembleia Municipal, aos funcionários de apoio e ao público presente.

Recordou que o documento sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira já foi distribuído, pelo que vai apenas acrescentar algumas questões começando por uma atualização relativamente às questões da pandemia. Como é sabido, estamos numa fase decrescente, já atingimos o pico da pandemia, e neste momento, e com dados referenciados à data de ontem, ainda estamos com um valor elevado de incidência, 2956 casos por 100 mil habitantes, mas com uma situação de menor gravidade do que aquela que tivemos há um ano atrás. De momento estão 9 pessoas internadas no Hospital de Évora, 1 das quais na Unidade de Cuidados Intensivos, mas há claramente uma tendência decrescente da pandemia, o que nos dá boas perspetivas.

Deixou ainda uma nota sobre a vacinação no Concelho, para dizer que à data de 20 de fevereiro, últimos dados que dispõe, os utentes com 12 anos ou mais com a 1ª dose cerca de 88%, com a 2ª dose 82,6%, com dose de reforço 49,6%, utentes dos 5 aos 11 anos com a 1ª dose 56,62%, com a 2ª dose 9,66%. Referiu também que a vacinação tem feito claramente a diferença, e a informação que tem é que a maioria das pessoas que passaram pelo internamento do Hospital de Évora eram pessoas que não estavam vacinadas.

Referiu-se ainda ao anúncio feito sobre a venda das fábricas da EMBRAER à empresa AIRNOVA, uma empresa espanhola, e isso levou-os a pedir reuniões quer à EMBRAER quer à AIRNOVA. As reuniões já aconteceram e de facto foi confirmada a venda, informação que já teve oportunidade de

1 dar na reunião de Câmara e em termos públicos de que há a intensão da AIRNOVA de reforçar o
2 papel da produção em Évora, porque tem contratos de fornecimento não apenas com a EMBRAER,
3 que vão manter, mas também com um conjunto de outros construtores.
4 O processo ainda não está concluído, vai ter várias fases, e salientou que a EMBRAER tinha fundos
5 comunitários e um acordo com o Governo Português, há, portanto, que passar por um conjunto de
6 fases que vão acompanhar no sentido de perceber se de facto há um reforço das posições de produção
7 na economia local ou se por ventura vão ter outros problemas. Relativamente aos postos de trabalho
8 foi afirmado que não só querem manter os atuais postos de trabalho da EMBRAER como também
9 os querem aumentar.

10
11 Uma segunda informação para dizer que foi concluída a via de ligação do Parque Industrial e
12 Tecnológico, que é uma segunda ligação a este Parque, embora ainda falta a iluminação pública,
13 uma vez que há atraso no fornecimento do material por parte da empresa adjudicatória e também
14 algumas plantações.

15
16 Uma nota sobre o fecho do ano do Aeródromo, para dizer que tiveram uma grande recuperação da
17 atividade, mais de 22 mil movimentos no ano e, recordou que a Câmara adquiriu um conjunto de
18 terrenos para criar uma nova zona empresarial no Aeródromo, havendo já interessados nestes
19 terrenos.

20
21 Relativamente às comemorações dos 100 anos da travessia do Atlântico Sul, referiu apenas que as
22 comemorações se realizaram em Évora por escolha da Força Aérea Portuguesa, com quem têm
23 mantido parcerias ao longo destes últimos anos o que registam com agrado.

24
25 Uma nota, que já foi abordada, sobre a seca que estamos a acompanhar no âmbito dos grupos de
26 trabalho regionais sobre esta matéria e também em termos locais. Salientar que tem havido ao longo
27 destes últimos meses, e até anos, algumas medidas estruturais para garantir a poupança da água e
28 serão naturalmente tomadas medidas pontuais no caso de se confirmar, como tudo indica, a
29 necessidade de tomarmos estas medidas.

30
31 Finalmente, uma nota para dizer que hoje foram apresentados aos eleitos da Câmara e da Assembleia
32 Municipal, que puderam e quiseram estar presentes, o início da revisão do Plano de Urbanização da
33 Cidade e a alteração limitada do Plano Diretor Municipal, que naturalmente poderão ainda intervir
34 nestes processos.

35
36 **O deputado Francisco Brito** perguntou ao senhor Presidente da Câmara, em relação ao documento
37 que foi fornecido e distribuído, diz que trabalhadores com baixa médica em dezembro de 2021, eram
38 62 e esse número aumentou para 169 em janeiro de 2022, a questão é se estas baixas têm a ver com
39 a COVID ou se são outras situações. Uma outra questão tem a ver com o ponto de situação das obras
40 do Salão Central Eborense, se pudesse dar mais informações sobre isso e se também já estão
41 definidos os critérios para a atribuição dos espaços às Associações, como tem sido divulgado pelo
42 senhor Presidente da Câmara, uma vez que são muitas as Associações com falta de espaço, portanto
43 gostaria de saber se esses critérios já estão a ser definidos e, caso não estejam a ser definidos, se vão
44 ser definidos com a participação também dos interessados, e o mesmo em relação aos critérios de
45 atribuição de tempo do Teatro Garcia de Resende porque também existem muitas Associações
46 Culturais que se queixam de não ter acesso a datas no Teatro Garcia de Resende para utilização do
47 espaço, está muitas vezes afeto a ensaios, e tratando-se de uma sala de espetáculos questiona se a
48 não pode haver uma melhor gestão do espaço em questão.

49
50 **A deputada Clara Grácio** referiu que foram poucas as pessoas que estiveram hoje na apresentação
51 da revisão do Plano de Urbanização da Cidade e da alteração do PDM, ainda assim gostava de dar
52 o seu contributo e o seu comentário, que pensa que é acompanhado por todos os que lá estiveram,
53 porque é algo importante e vai ser decisivo no nosso concelho e apela a que participem de forma

1 ativa como eleitos nesse plano estruturante e que ficou agradavelmente surpreendida com a equipa
2 que foi apresentar esse Plano. Portanto, apelava a que participassem mais nas próximas iniciativas
3 porque de facto é algo muito importante, é muito decisivo e houve um apelo à participação, porque
4 na verdade a participação vai ser algo decisivo nesse processo de construção do Plano de
5 Urbanização.

6
7 **O deputado Francisco Brito** informou que não recebeu qualquer convocatória e também outros
8 membros da sua bancada não receberam nenhuma convocatória, portanto nem sequer sabia que essa
9 sessão ia ocorrer e que, naturalmente, teriam todo o interesse em participar. Esclareceu que não
10 recebeu nenhum convite, nem pelo e-mail institucional, como membro desta Assembleia nem como
11 Presidente da União de Freguesias de Évora.

12
13 **O deputado Francisco Figueira** considerou que seguramente terá sido um lapso dos serviços
14 porque também não recebeu.

15
16 **O deputado Henrique Troncho** salientou que, provavelmente, a participação também começa por
17 receber os convites para participar. Houve aqui algum lapso, seguramente, dos serviços porque a
18 Câmara não terá nenhum interesse em marginalizar ninguém, é ver porque de facto também acha
19 que há todo o interesse nesse acompanhamento e nessa participação, mas enquanto não se souber
20 que algo vai acontecer é impossível estar presente.

21
22 **O deputado Luís Pardal** informou que também enquanto Presidente de Junta não recebeu nenhum
23 convite para estar presente nessa sessão hoje à tarde.

24
25 **O Presidente da Câmara** esclareceu o senhor Presidente da União de Freguesias do Centro
26 Histórico, que o aumento das baixas médicas tem exatamente a ver com a questão da COVID. No
27 entanto, mesmo sem COVID existem algumas situações elevadas de baixas que têm a ver,
28 essencialmente, com a idade dos trabalhadores em particular e que baixaram, em termos de
29 percentagem, à medida que se conseguiu ir contratando novos trabalhadores.

30
31 Em relação ao Salão Central Eborense, disse que as obras estão praticamente concluídas mas falta
32 o PT que foi contratado à EDP, agora ERedes, que forneceu um orçamento e quando a Câmara
33 solicitou que fosse cumprido, a empresa contava que a grua do empreiteiro ainda lá estivesse
34 montada mas como isso não aconteceu, porque a grua já tinha sido retirada, foi necessário alterar a
35 questão do PT, e, portanto, estão a aguardar que a ERedes resolva o problema, até porque há um
36 conjunto de equipamentos do Salão Central que tem de ser testado. Gostariam de inaugurar o Salão
37 Central no dia 25 de abril, pensa que seria interessante para todos, mas não sabe se será possível
38 uma vez que existe o referido problema.

39
40 Referiu ainda que há alguma confusão, uma vez que o Salão Central não tem espaços para sedes de
41 Associações, aquilo afirmaram e mantêm é que o Salão Central terá uma utilização
42 preferencialmente destinada a Associações do Concelho, sendo que, naturalmente, terá também
43 outros eventos, aliás, não querem que o Salão Central tenha apenas eventos culturais, uma vez que
44 tem capacidade para ter outro tipo de eventos multiusos, uma vez que vai ser equipado com uma
45 bancada retrátil que permitirá usar a bancada ou retirá-la conforme os usos possíveis. Portanto,
46 aquilo que dizem é que pode ser usado para sessões se quiserem naturalmente de performance, e vai
47 ter uma sala ainda adicional, que não existia, onde podem ser feitos ensaios e outro tipo de
48 apresentações e, portanto, é isto que está feito, e aquilo que é o compromisso é apresentar um
49 Regulamento Normativo para o acesso ao Salão Central, como aliás se comprometeram no âmbito
50 das Opções do Plano e Orçamento do ano passado.

51
52 Relativamente ao Teatro Garcia de Resende, primeiro dizer que o Teatro teve pela primeira vez uma
53 programação contínua que nunca tinha tido no ano de 2019. Infelizmente a pandemia veio impedir

essa programação e agora voltou a ter uma programação para todo o ano. Essa programação está a ser seguida e só a utilização esporádica do Teatro pode ser feita, naturalmente quando os grupos precisam previamente de 2 ou 3 dias, para poderem montar o seu espetáculo, mas foram reduzidos de forma substancial os tempos maiores para estas situações.

Não conhece que haja situações de recusa do Teatro Garcia de Resende apenas porque estão adstritos a questões de ensaios, mas, ainda assim, admite que possa haver um caso ou outro de situações desse tipo. Aquilo que fazem é naturalmente aquilo que estão a receber das várias Associações e dentro daquilo que é a programação do Teatro, sendo importante registar que o Teatro Garcia de Resende foi inserido na rede de Teatros Nacionais e, portanto, vai ter de seguir a programação que está de acordo com isso, e apresentaram uma candidatura para um financiamento dessa programação, no seu escalão mais alto, que esperam, naturalmente, que seja aprovada, e têm mostrado ao longo destes anos que as Associações podem e devem usar o Teatro. Recordou, por exemplo, que se fizeram lá excelentes espetáculos de Associações, como as Bandas Filarmónicas, as Tunas entre outras, e o que pretendem é exatamente ter uma programação que seja suficientemente versátil e que possa responder às várias propostas que têm. Como é evidente, não vai ser possível responder a todas as solicitações que têm, portanto terão de ser feitas escolhas relativamente a essa matéria, que serão escolhas sobretudo com base nos dias livres para as apresentações.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O deputado Bruno Martins referiu que o senhor Presidente falou na questão da seca, e bem, sobre aquilo que são ações que o Município pode desenvolver de resposta às alterações climáticas, julga que Évora é um motivo de orgulho pela positiva, tendo em conta aquilo que é a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, que é um documento que existe desde 2017, com um enquadramento muito bem feito, com ações muito bem delineadas sobre resposta possível aos Municípios e ao Município de Évora para resposta às alterações climáticas.

A pergunta que deixa é para quando vai existir, pelo menos publicamente ou de acesso público, de algum balanço desta estratégia, daquilo que tem sido feito de acordo com esta estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, passados já 4 ou 5 anos da formulação deste documento, era interessante ter um balanço sobre as ações que foram desenvolvidas tendo em conta esta estratégia.

O deputado Natanael Vinha disse que considerando a proximidade da inauguração do Salão Central, mas ainda assim a distância relativa, gostava que no momento da inauguração o Regulamento de Utilização já estivesse pronto e a funcionar em pleno, faltam 2 meses parece-lhe tempo suficiente para a Câmara encontrar esse Regulamento e pô-lo a funcionar, para ele poder começar a funcionar em pleno, inclusive com a existência desse Regulamento.

Disse também que recebeu o convite e esteve presente esta tarde, talvez quem não o recebeu tenha algum problema no email. É de facto justo dizer que o recebeu e esteve presente, mas admite que existam outras pessoas que não o tenham recebido.

O Presidente da Câmara esclareceu que sobre a questão da estratégia municipal, uma das questões mais complicadas é a água. Sobre o problema da água, como é sabido, têm vindo a trabalhar em questões estruturais, nomeadamente com as Águas do Vale do Tejo, empresa que detém a gestão do sistema em alta, para poderem ser introduzidas alterações que possam melhorar também este nível, quer na alta quer na baixa. Lembrou ainda, embora já o tenha referido, que está praticamente concluída a ligação direta duma conduta do Alqueva à Estação de Tratamento de Água do Monte Novo, que vai permitir uma enorme poupança de água, com uma questão que é: o Alqueva despejava no Monte Novo e depois a Estação de Tratamento recolhia a água do Monte Novo, havendo perdas significativas na albufeira, isto permite que a água vá diretamente à Estação de Tratamento, portanto, há uma poupança muito significativa.

Estão também a recuperar, como é sabido, o Aqueduto da Água de Prata para utilizações de consumo não humano, mas para utilizações públicas. Informou ainda que acabou de se fazer a intervenção nas Piscinas Municipais, que tinham um sistema antigo que rejeitava toda a água que existia, e agora

permite a reutilização da água das Piscinas Municipais. São apenas alguns dos exemplos de situações estruturais que têm estado a fazer, há ainda outras medidas que depois poderá salientar. Ainda assim acha que sim, ou seja, pode e deve ser feito um balanço desta estratégia. Em relação ao Regulamento do Salão Central, o compromisso que há é esse, pretendem de facto que haja um Regulamento aquando da abertura do Salão Central, estão a fazer um esforço nesse sentido, tem havido alguns atrasos, é verdade, por razões que nos ultrapassam em termos de dinâmica, mas o pretendido vai no sentido de existir um instrumento que seja do conhecimento público.

O deputado Francisco Brito referiu que o senhor Presidente falou na questão de o Aqueduto de Água da Prata pelo que sublinha a importância de intervir também no percurso ambiental, que tem graves problemas de manutenção, sabe também a dificuldade de manter um percurso com esta extensão, mas é importante mante-lo, há muitos cidadãos que o utilizam.

Em relação ao Teatro Garcia de Resende de facto vão acompanhando o trabalho das Associações e as respetivas queixas, têm recebido algumas, que farão chegar à Câmara Municipal, naturalmente, e também dizer que essa programação seja feita, também, com as Associações locais, sabem que deve ser uma programação mista, há pessoas que sabem melhor programar, portanto farão esse trabalho, mas é importante naturalmente envolver as Associações que estão patentes no território para que elas também tenham um espaço digno, como é o Teatro Garcia de Resende.

O Presidente da Câmara informou que falou apenas de uma parte da recuperação do Aqueduto, o Aqueduto vai ser recuperado do ponto de vista patrimonial, ambiental e funcional, é isso que está a ser feito. Estava na dúvida se o percurso ambiental tenha sido integrado, ou não, mas julga que sim na Rota do Montado, que é um projeto Intermunicipal das várias Câmaras, que pretende ligar todos estes percursos pedonais que existem no Distrito.

Relativamente ao Teatro, como disse, já deram exemplos no passado da utilização para grupos destes, pretendem continuar a fazê-lo, naturalmente, integrados numa programação eclética que permita oferecer uma programação que distinga também o Teatro Garcia de Resende como um dos grandes Teatros em termos nacionais. Temos de evoluir para que o Teatro Garcia de Resende possa ter uma programação que seja reconhecida como programação nacional a esse nível e isso implica ter também naturalmente as Associações e os Artistas locais a intervir.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e dos eleitos. Não verificando mais pedidos de intervenção, informou que passa ao ponto 2, que foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara.

2. PIAE / Parque Industrial Aeronáutica de Évora. Procedimento de Desafetação da parcela "C" de Domínio Público para Domínio Privado Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

O Presidente da Câmara salientou que o documento que foi distribuído é claro, e que se trata apenas de um acerto de propriedade, que aliás se impunha fazer, e se houver necessidade de esclarecimento adicional, naturalmente, está à disposição.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e não verificando mais pedidos de intervenção, passou à votação.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passa ao ponto 3, que foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara.

3. Regulamento do Cartão Município Solidário

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**

O Presidente da Câmara informou que pedia ao Vereador Alexandre Varela para fazer a apresentação deste ponto, salientando, apenas, que já tinha sido aprovado no mandato anterior, mas como se estava em véspera de eleições, entenderam que não devia ser presente à Assembleia Municipal razão porque só agora é apresentado. Acrescentou ainda que este cartão pretende juntar dois que já existiam e alargar o âmbito do apoio social. Passou a palavra ao Vereador Alexandre Varela.

O Vereador Alexandre Varela começou por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, os eleitos na Assembleia Municipal, o público e os funcionários, e referiu que é de facto como o senhor Presidente disse, ou seja, este cartão resulta da fusão de dois cartões já existentes e para além desta fusão, que já foi também aprovado em reunião de Câmara, por unanimidade, foi também sujeito a discussão pública.

As principais alterações têm a ver, sobretudo, tal como é descrito na informação que foi distribuída, no alargamento dos apoios a várias outras áreas, para além da saúde e da educação, mas também acesso a serviços e a taxas. Todos estes apoios podem vir a ser e devem ser aprovados em reunião de Câmara anualmente e sujeitos também ao Orçamento Municipal que seja aprovado. No essencial é isto, o resto está da documentação.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O deputado José Figueira informou que analisou as propostas, e considera que efetivamente são significativas estas alterações pela situação social que se vive e na sequência e consequências da pandemia, fundamentalmente por isso, mas também derivado às situações de pobreza que a região do Alentejo neste momento está a sofrer, e que não existindo efetivamente as transferências sociais a nível da Segurança Social, esses indicadores diriam que cerca de 40% da nossa população estava numa situação extremamente complicada e grave, pelo que esta medida e pelo reforço das medidas de apoio que aqui estão merecem da parte da bancada da CDU todo o seu apoio.

O deputado Francisco Figueira referiu que apenas pretendia fazer uma precisão, naturalmente a sua bancada votará a favor desta proposta, como aliás fez na reunião de Câmara, mas tinham feito um alerta para a redação do artigo 3º, alínea d), ponto 2, que parece excluir os agregados em situação de desemprego ou fragilizados ou por qualquer outra forma não estão aqui previstas. Nessa altura, tanto quanto julga saber, na reunião de Câmara foi dito que era um lapso de escrita, mas com certeza que os Senhores Vereadores poderão esclarecer esta questão com mais alguma acuidade, porque notou que este texto é exatamente igual ao que foi colocado em causa nesse momento, mas julga que isto será uma questão apenas de escrita.

O Presidente da Câmara esclareceu que a interpretação que fazem do texto global não é essa e aquilo que disseram na reunião de Câmara foi no sentido de que o Regulamento deveria avançar e ser aprovado, para que pudessem imediatamente começar a garantir estes apoios e, naturalmente, até contando com a experiência da aplicação do Regulamento, depois introduzir as alterações e as melhorias possíveis. Essa é uma das questões que estarão atentos e se houver de facto esse problema será corrigido logo após a situação. Mas não queriam deixar de aprovar o Regulamento agora, porque uma alteração obrigaria a nova discussão pública e, portanto, atrasaria a aplicação do Regulamento, mas ficou o compromisso na reunião de Câmara que essa era uma questão com que concordavam, naturalmente, e se por ventura se colocasse seria retificada imediatamente.

O deputado Francisco Figueira agradeceu e informou e disse que estão esclarecidos.

O deputado Joaquim Faria disse que queria aproveitar o facto de num futuro próximo, como o Sr. Presidente acabou de dizer, reverem esta situação para alertar para o seguinte, um utente que venha a beneficiar deste cartão e que tenha neste ano um problema financeiro e que pudesse recorrer a este cartão, que é uma mais valia, só poderá fazê-lo no ano seguinte, e nesse ano poderá já não ter esse mesmo problema, gostaria que um dos critérios que fosse levado em consideração era que não fosse o IRS do ano passado mas que fosse alguma situação presente, porque este cartão pode ser muito benéfico para os cidadãos que necessitam dele no momento e não que necessitaram dele no passado.

O Presidente da Câmara referiu que estão de acordo com isso, mas vão ter de trabalhar com dados concretos e não com valores que são apresentados e, portanto, um dos dados concretos que temos é o IRS, de facto, e se encontrarem formas de garantir que haja uma demonstração da situação, tudo bem, mas de facto aquilo que está estabelecido, até em termos da legislação, é a utilização do IRS a esse nível, mas, estão abertos a que haja melhorias relativamente a esta matéria, aliás, aquilo que este tipo de regulamento mostra é que, quando começa a ser aplicado, naturalmente, aparecem situações que não se previam, não estavam consideradas e depois necessitam naturalmente de ser acertadas.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e do Vereador Alexandre Varela e dos eleitos, e não verificando mais pedidos de intervenção passou à votação.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passa ao ponto 4, que foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara.

4. 4ª Modificação objetiva ao Contrato de Concessão e Gestão do Serviço Público de Transporte de Passageiros no Município de Évora

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**

O Presidente da Câmara informou que o Sr. Vereador Alexandre Varela tem acompanhado esta situação e irá dar uma breve explicação sobre a matéria.

O Vereador Alexandre Varela referiu que se trata da 4ª modificação objetiva ao contrato de concessão e informou que já foi lançada a nova concessão, que foi já adjudicada, mas tem havido alguns atrasos com a apresentação de alguns documentos e algumas garantias por parte da nova empresa, que foi criada para o efeito. O que se propõe é que, para evitar a interrupção do serviço, mais uma vez se prorrogue o prazo, neste caso, por mais 9 meses.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e do Vereador Alexandre Varela, e não verificando mais pedidos de intervenção, passou à votação.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passa ao ponto 5, que foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara.

5. Proposta de 1ª alteração ao Regulamento do Programa de Melhoramento das Condições de Habitabilidade

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**

O Presidente da Câmara informou que dava também a palavra ao Sr. Vereador Alexandre.

O Vereador Alexandre Varela salientou que, à semelhança do outro cartão que já foi aqui apresentado, também já foi apresentada esta alteração na Câmara Municipal e que pelos mesmos motivos não foi sujeita à apreciação da Assembleia, tendo em contra a proximidade do calendário eleitoral. O que se propõe, neste caso, é a 1ª alteração ao Regulamento, em vigor desde 2019, e que consiste, sobretudo, tal como também é descrito na informação que acompanha o ponto, na simplificação de alguns procedimentos burocráticos mas também no alargamento dos apoios, quer ao nível financeiro quer também a outros níveis, nomeadamente com a redução dos escalões e com a possibilidade de, em alguns casos excecionalmente, quando comprovadamente se verificar uma situação de insuficiência, os apoios poderem ser até 100%. Recordou que este ponto foi também aprovado por unanimidade em reunião de Câmara.

O deputado José Figueira referiu que, em relação a esta proposta de alteração a este Regulamento, tiveram o cuidado de analisar as alterações que são propostas, nomeadamente não só os valores de apoio que estão mais elevados, pois estão a falar no aumento em alguns apoios na ordem dos 14% sobre o montante que está em vigor, mas também a diminuição dos escalões de atribuição, que anteriormente eram 4 escalões e passam a ser 2 escalões de apoio. Para além daquilo que o Sr. Vereador acabou de dizer, que em casos excecionais pode haver apoios a 100%, e consideram que estas alterações articuladas com aquilo que há pouco tiveram a analisar, e que votaram favoravelmente na Assembleia Municipal, são extremamente significativos estes apoios, tendo em conta as necessidades de intervenção em muitas habitações, no sentido de criar condições para que as pessoas vivam com melhores condições de habitabilidade, por isso a CDU irá dar o seu voto favorável.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e do Vereador Alexandre Varela e do eleito, e não verificando mais pedidos de intervenção passou à votação.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passa ao ponto 6, que é um documento para conhecimento e por isso não é sujeito a votação, mas podem haver intervenções.

6. 11º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro/dezembro 2021

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**

O Presidente da Câmara realçou que este relatório mostra que têm vindo a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro que estava apontado, recordou que há um desfasamento de cerca de 1 ano no início do programa e, portanto, esse desfasamento tem que ser tido em conta e, naturalmente, houve algumas dificuldades no período da pandemia, mas que, ainda assim com algum esforço,

conseguiram cumprir aquilo que estava projetado e, portanto, o Plano de Saneamento Financeiro está a ser cumprido, aliás, o que permitiu sair da declaração, em 2013, da Câmara em Desequilíbrio Financeiro Estrutural.

Já contactaram, há mais de 9 meses, a DGAL e a Direção Geral da Associação Local para que seja passada a declaração em como a Câmara já não está em Desequilíbrio Financeiro Estrutural. Em resposta foi dito que não sabiam como é que isso iria ser feito, e agora dizem que já não vai haver declarações, mas sim uma plataforma onde a Câmara pode retirar esta informação.

Estão a aguardar que isto seja esclarecido para que formalmente a Câmara deixe de estar em Desequilíbrio Financeiro Estrutural, sendo que na prática já deixou de estar há 1 ano.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara, e não verificando mais pedidos de intervenção, informou que o ponto 7º, foi adicionado já depois da Convocatória ter sido distribuída, e que é a Proposta para Assunção de Competências no domínio da Ação Social em 2023. Informou também que este ponto foi aprovado por maioria em reunião de Câmara.

7. Proposta para Assunção de Competências no domínio da Ação Social em 2023.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**

O Presidente da Câmara informou que, no âmbito da negociação que têm existido entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, foi constatado que um conjunto vasto de Câmaras tinha dificuldades em assumir a Ação Social no dia 1 de abril, tal como estava previsto, essencialmente pelas razões que o próprio Decreto Lei indica bem como outras, como por exemplo os dados da Segurança Social que até há muito pouco tempo não estavam disponíveis e, portanto, não foi possível trabalhar, como gostariam, os dados da Ação Social.

Acrescentou que no caso de Évora há uma outra situação, é que a transferência de competências na Educação e na Saúde prevê que a passagem dos trabalhadores seja feita de forma impositiva, ou seja, os Assistentes Operacionais e os Assistentes Técnicos passam para o Município obrigatoriamente, enquanto na Área Social prevê que a transferência seja apenas com o acordo do trabalhador.

Acontece que no Distrito de Évora, pelo menos no Concelho de Évora, nenhum trabalhador da Segurança Social entendeu passar para o Município, o que significa que as competências que viessem no dia 1 de abril não teriam nenhum trabalhador em condições de poder responder às questões que, obviamente, neste momento são sobretudo de conhecimento da ação da Segurança Social.

Contudo, há uma verba que a Câmara pode vir a usar para, em princípio, contratar dois técnicos para esta função. É uma verba curta, como aliás reconheceu o próprio Diretor da Segurança Social, mas, enfim, é a que é. Neste sentido, parece-lhes ajustado que continuem a trabalhar com a Segurança Social, para poder receber devidamente estas competências no dia 1 de janeiro de 2023. Aproveitou para informar que em relação às outras duas áreas, a Educação e a Saúde, estão a decorrer os trabalhos para receber essas competências no dia 1 de abril. A área da Educação tem já uma comissão de acompanhamento formada, aliás como a área da Ação Social também tem com a Segurança Social, e têm alguma experiência na área da Educação porque tiveram a delegação de competências e estão a preparar tudo para que tenham as menores perturbações possíveis na passagem das competências da área da Educação. Na área da Saúde a situação está mais atrasada, porque foi entendido pela Administração Regional de Saúde apresentar primeiro a situação a todos os Municípios do Distrito, no âmbito da CIMAC, e avançar depois para reuniões individuais com cada um dos Municípios. Com o Município de Évora está marcada a primeira reunião para a próxima 4ª feira, mas o documento que nos foi enviado é, obviamente, inaceitável e por isso carece de uma

negociação para poder ser aceite mas, enfim, estamos naturalmente a trabalhar com a ARS no sentido de poder garantir aquelas competências no dia 1 de abril.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O deputado Henrique Troncho disse que era apenas para informar que, a exemplo do que fizeram os vereadores do Partido Socialista, a bancada do Partido Socialista irá abster-se na votação deste ponto.

O deputado João Sousa referiu que era para informar a Assembleia que a bancada “Mudar Com Confiança” vai seguir o voto que os seus vereadores tiveram na Câmara.

O deputado João Simas informou que só tinha uma dúvida, em relação aos edifícios das diferentes escolas, porque há vários donos, seja o Ministério da Educação, a Parque Escolar, a Câmara Municipal. Portanto, a sua pergunta era se os edifícios da Parque Escolar irão passar também para a Câmara, como seja a Escola Secundária Gabriel Pereira e a Severino de Faria.

O Presidente da Câmara informou que não, ou seja, os edifícios da Parque Escolar não passam para a Câmara Municipal e mantêm-se na gestão da Parque Escolar.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara, e não verificando mais pedidos de intervenção passou à votação.

Deliberação:

Aprovada, com 13 votos a favor (7 da CDUS, 1 do BE, 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 18 abstenções (12 do PS, 5 da Coligação “Mudar Com Confiança” e 1 do CH) com 31 presenças verificadas.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que chegaram ao fim do Ponto III e deu início ao Ponto IV.

IV – Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Mesa da Assembleia Municipal propõe os seguintes pontos:

1. Representação da Assembleia Municipal em Comissões e Conselhos:

- a) Conselho Cinegético Municipal;**
- b) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;**
- c) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;**
- d) Conselho Municipal de Educação;**
- e) Conselho Consultivo do HES;**
- f) Conselho de Economia:**
 - i). Secção de Economia;**
 - ii). Secção de Turismo;**
- g) Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde.**

O Presidente da Assembleia Municipal recordou que este assunto, na última Assembleia Municipal, foi acordado que os nomes que iriam integrar os diversos Conselhos e Comissões seriam previamente escolhidos ou indicados na Conferência de Líderes. Assim sendo, será apresentado ponto por ponto para, no caso de haver alguma correção se poder fazer.

Conselho Cinegético Municipal:

- David Lopes, proposto pelo Movimento Cuidar de Évora.

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios:

- Rodolfo Pereira, proposto pelo PS.

O deputado Bruno Martins pediu desculpa por interromper o Sr. Presidente, mas pretendia saber se iriam votar os nomes desta Comissão.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que não e prosseguiu os trabalhos.

Conselho Municipal de Educação:

- Florinda Russo, proposta pelo PS e pelo Movimento Cuidar de Évora.

Conselho Consultivo do Hospital Espírito Santo:

- Rui Dinis, proposto pela CDU.

Conselho de Economia

i) Secção de Economia:

- substituiu-se o nome de Adelino Fonseca por Gonçalo Costa, proposto pelo PS;

- José Figueira, proposto pela CDU;

- José Fialho, proposto pelo Movimento Cuidar de Évora;

- António Carriço, proposto pelo PSD.

ii) Secção de Turismo:

- Domingos Cordeiro, proposto pelo PS;

- Lília Fidalgo, proposta pela CDU;

- Delfina Marques, proposta pelo Movimento Cuidar de Évora;

- Gonçalo Linhã, proposto pelo PSD.

Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde

- Paulo Jaleco, proposto pelo PSD.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao deputado Bruno Martins.

O deputado Bruno Martins pediu o esclarecimento sobre se, no Conselho de Economia, nas 2 Secções, a composição não é 1 cidadão por cada força política. Informou ainda que, pelo Bloco de Esquerda, é Bruno Martins nas duas.

O Presidente da Assembleia Municipal registou a informação e perguntou se o Chega tem alguma nomeação.

O deputado Ricardo Cardoso informou que para a Secção de Economia é Carlos Magalhães. (parte restante inaudível porque não ligou o microfone).

O Presidente da Assembleia Municipal relativamente à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, informou que recebeu hoje um ofício a esclarecer que o mandato dos representantes é de três anos, independentemente do mandato da Assembleia Municipal, e que os representantes atuais só terminam o seu mandato em 2024. Apenas um dos representantes nunca compareceu, mas não se recorda do nome.

Neste sentido, disse que ele próprio iria junto da Presidente da Comissão de Menores para perceber exatamente o problema em questão, e sugeriu que posteriormente o assunto seja presente novamente à Assembleia Municipal.

Assim, passou à votação das composições, para os diferentes Conselhos e Comissões, que foram acordados na Conferência de Líderes:

Conselho Cinegético Municipal - David Lopes.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Rodolfo Pereira.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, em suspenso.

Conselho Municipal de Educação - Florinda Russo.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

Conselho Consultivo do Hospital Espírito Santo - Rui Dinis.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

Conselho de Economia

i) **Secção de Economia** - Gonçalo Costa, José Figueira, José Fialho, António Carriço, Bruno Martins e Carlos Magalhães.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

ii) **Secção de Turismo** - Domingos Cordeiro, Lília Fidalgo, Delfina Marques, Gonçalo Linhã, Bruno Martins e César Silva.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde - Paulo Jaleco.

Deliberação:

Aprovada por unanimidade, com 31 presenças verificadas.

O deputado João Sousa questionou se no Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde é só 1 elemento.

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que é só o Dr. Paulo Jaleco.

Para terminar, **o Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e dos eleitos e comunicou que, assim sendo, dá por terminado este ponto da Ordem de Trabalhos.

V – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver pedidos de intervenção por parte do público, dá por terminada a Ordem de Trabalhos.

1 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

2 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta vai ser lida pela 2ª
3 Secretária, Maria da Nazaré Lança.

4 “A Assembleia Municipal de Évora, reunida no dia 25 de fevereiro de 2022, aprovou por
5 unanimidade a Desafetação da parcela “C” do Parque Industrial da Aeronáutica de Domínio
6 Público para Domínio Privado Municipal; aprovou por unanimidade Regulamento do Cartão
7 Município Solidário; aprovou por unanimidade a 4ª Modificação objetiva ao Contrato de
8 Concessão e Gestão do Serviço Público de Transporte de Passageiros no Município de Évora;
9 aprovou por unanimidade a Proposta de 1ª alteração ao Regulamento do Programa de
10 Melhoria das Condições de Habitabilidade; aprovou por maioria com 13 votos a favor a
11 Proposta para Assunção de Competências no domínio da Ação Social em 2023.

12 *Aprovou por unanimidade David Lopes para o Conselho Cinegético Municipal.*

13 *Aprovou por unanimidade Rodolfo Pereira para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta
14 Contra Incêndios.*

15 *Aprovou por unanimidade Florinda Russo para o Conselho Municipal de Educação.*

16 *Aprovou por unanimidade Rui Dinis para o Conselho Consultivo do Hospital Espírito Santo de
17 Évora.*

18 *Para o Conselho de Economia*

19 *- Aprovou por unanimidade para a Secção de Economia - Gonçalo Costa, José Figueira, José
20 Fialho, António Carriço, Bruno Martins e Carlos Magalhães.*

21 *- Aprovou por unanimidade para a Secção de Turismo - Domingos Cordeiro, Lília Fidalgo, Delfina
22 Marques, Gonçalo Linhã, Bruno Martins e César Silva.*

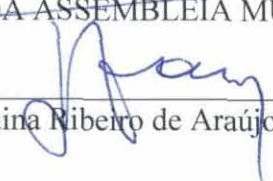
23 *Aprovou por unanimidade Paulo Jaleco para o Conselho da Comunidade de Agrupamentos de
24 Centros de Saúde.”*

25 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Ata em minuta.

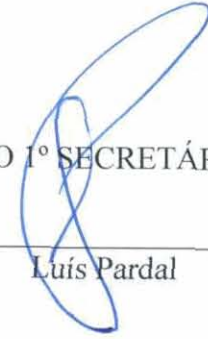
26 A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações
27 tomadas da presente ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75 / 2013, de 12 de
28 setembro.

30 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada
31 a sessão pela zero hora e cinco minutos do dia seguinte, da qual para constar se elaborou a presente
32 ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

34 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

36 
37 _____
38 Jorge Quina Ribeiro de Araújo

40 O 1º SECRETÁRIO

42 
43 _____
Luís Pardal

A 2ª SECRETÁRIA

42 
43 _____
Nazaré Lança